



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

KAMILE FERREIRA ARAÚJO

INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS E O
ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2014

KAMILE FERREIRA ARAÚJO

**INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS E O
ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADORA: FERNANDA CALASANS COSTA LACERDA PESSOTI

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2014

A689i

Araújo, Kamile Ferreira.

Infraestrutura dos municípios baianos e o atendimento das necessidades básicas / Kamile Ferreira Araújo, 2014.

90f.: il.; algumas col.

Orientador (a): Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

Inclui referências.

1. Infraestrutura social – Municípios baianos. 2. Pobreza Multidimensional. I. Pessoti, Fernanda Calasans Costa Lacerda. II. Universidade Estadual Sudoeste da Bahia. III.T.

CDD: 339.46098142

KAMILE FERREIRA ARAÚJO

**INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS E O
ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 17/12/2014

BANCA EXAMINADORA

Fernanda Calasans Costa Lacerda

Orientador (a)

Andréa Braz da Costa

Examinador (a)

Gildásio Santana Júnior

Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu querido Deus, por ter me dado forças para perseverar e concluir mais uma etapa da minha vida, com sucesso. Por me confortar e estar comigo em todos os momentos da minha vida. Por me abençoar todos os dias e me fazer andar em lugares altos. Eu te agradeço, Senhor.

Sou grata aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Obrigada, pai, por todo o seu cuidado, pelos conselhos e pelos sorrisos arrancados nos momentos de dificuldades. Obrigada, mãe, pelas palavras de carinho e de incentivo, por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu não me saía tão bem. Serei eternamente grata a vocês dois. Meus pais e melhores amigos.

Agradeço a minha irmãzinha, Kau, por todo o amor e preocupação. Por estar sempre disposta a me ajudar com um “conselho adolescente” em sua cartola.

Sou grata ao meu príncipe Tailan, por ser o meu amor, companheiro e cúmplice, em todos os momentos e, principalmente, ao longo do curso de Economia.

Agradeço aos meus amigos, de hoje e sempre, Diego, Patrícia, Mayara e Yasmine por todos os sorrisos, conselhos e apoio de sempre. Agradeço aos meus amigos que fiz na UESB e que levarei comigo para sempre: Lísia, Iure e Seu Dudu.

Aos professores e amigos Carlos Moisés, Gildásio Santana e Delza Rodrigues, agradeço por acreditarem em meu potencial e me permitirem experiências maravilhosas com o estudo a prática da Ciência Econômica.

Agradeço imensamente à minha orientadora, amiga e “referencial teórico” Fernanda Calasans, por tudo que me ensinou ao longo da minha jornada acadêmica, tanto em âmbito profissional como pessoal. Por toda a paciência, prestatividade, pelas boas risadas e pelos bolos gostosos de quinta à tarde. Você mora no meu coração, Nanda.

Agradeço aos meus colegas petianos por toda a aprendizagem em grupo. Foi com vocês que vivenciei a grande oportunidade de fazer parte do PET-Economia. A vocês, todos os meus votos de sucesso.

A todos aqueles que me auxiliaram, direta ou indiretamente, para a produção deste trabalho, os meus mais sinceros e emocionados agradecimentos.

RESUMO

A presente monografia analisa o atendimento das necessidades básicas nos municípios baianos, tomando como fundamento a Abordagem das Necessidades Básicas, que considera fatores além da insuficiência de renda, dentre os quais se enquadram as privações sociais que influenciam a capacidade de participação social do indivíduo. A análise lança mão de informações administrativas coletadas do DATASUS e INEP/MEC, do ano de 2010. O objetivo deste estudo é expor um diagnóstico das condições do atendimento oferecido à população dos 417 municípios da Bahia e, posteriormente, avaliar os resultados encontrados, considerando o papel desempenhado pelas ações públicas para suprir as necessidades dos baianos, ou o que está limitando esse atendimento. A análise realizada é quali-quantitativa e comprova que o atendimento das necessidades referentes à educação e saúde no estado da Bahia é insatisfatório. A parte inicial do trabalho apresenta a Abordagem das Necessidades Básicas, a partir da conceituação e da descrição do seu método de atuação, bem como a importância do atendimento das necessidades. Em seguida, é levantada a forma como esse atendimento deve ocorrer, em tese, partindo do estudo das políticas sociais, apresentando o seu conceito e trajetória histórica, desde as antigas Leis dos Pobres, chegando ao *Welfare State* e as influências deste episódio para os avanços ocorridos nas políticas sociais do contexto presente. Posteriormente, é feito um apanhado em torno dos acontecimentos ocorridos no estado da Bahia, tomando como ponto de partida a sua ocupação no século XVI, enumerando aspectos pertinentes à trajetória econômica baiana, seus momentos de prosperidade e recessão, destacando principalmente o “enigma” vivido pelo estado no que diz respeito à deficiência da atividade industrial. Por fim, é desenvolvida a análise aplicada dos dados, precedida de informações acerca da concentração econômica do estado baiano, que apresenta três regiões econômicas: o litoral, mais especificamente o recorte da região metropolitana de Salvador, o oeste e o semiárido, e seguida de interpretações dos resultados encontrados que, por sua vez, revelam o atendimento inadequado à população baiana. O método utilizado foi uma adaptação do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que, por sua vez, utiliza as dimensões saúde, educação e padrão de vida, a um determinado fim específico, restrito à região baiana. Nesse sentido, foram analisadas as dimensões saúde e educação, que permitiram calcular o Indicador Municipal de Infraestrutura Social (IMIS). A dimensão educação apresentou índices preocupantes, principalmente no que diz respeito à distorção idade série, a dimensão saúde demonstrou resultados extremamente precários quanto ao número de leitos, mas índices positivos quanto à redução da mortalidade infantil. Observa-se, nos grandes municípios baianos, a deficiência da infraestrutura social, por não deterem porte compatível com o seu contingente populacional, o que compromete a vida dos habitantes. Sinteticamente, a Bahia vivencia um contexto de carência no atendimento, percebe-se que boa parte da população não desfruta dos seus direitos sociais devidamente, por falta de investimentos, falta de estrutura e coordenação. Dessa forma, é essencial uma melhor estratégia do estado, considerando as privações a partir da ótica multidimensional, a importância no atendimento das necessidades para o desenvolvimento da sociedade, buscando coordenar os meios para atingir fins satisfatórios, oferecendo a população baiana condições para uma vida digna.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional. Infraestrutura Social. Necessidades Básicas. Municípios Baianos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Percentual de pobres e extremamente pobres. Bahia – 2003, 2007 e 2011. ..	44
Gráfico 2 – Proporção de trabalho precário e de trabalho infantil. Bahia – 2003, 2007 e 2011.....	45
Gráfico 3 – Percentual de alfabetizados, população sem instrução e população com 11 anos ou mais de estudo. Bahia – 2003, 2007 e 2011.....	45
Gráfico 4 – Condições de Saneamento Básico. Bahia – 2003, 2007 e 2011.....	46
Quadro 1 – Variáveis Componentes do Indicador de Infraestrutura Social e suas Respectivas Fontes.	54
Gráfico 5 - Resultado geral: atendimento educacional nos municípios baianos.....	57
Mapa 1- Indicador Educacional Municipal – Bahia – 2010	60
Gráfico 6 - Resultado geral: atendimento de saúde nos municípios baianos.....	61
Mapa 2- Indicador de Saúde Municipal – Bahia – 2010.....	64
Mapa 3 - Indicador Municipal de Infraestrutura Social – Bahia – 2010.	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa média de crescimento do PIB por grandes setores de atividade. BAHIA, 1975 - 2010.....	38
Tabela 2 – Resultados das Variáveis de Atendimento Educacional nos Municípios Baianos – 2010.....	58
Tabela 3 – Resultados do Atendimento Educacional por Grupos de Municípios. Bahia – 2010.....	59
Tabela 4 – Resultados das Variáveis de Atendimento de Saúde nos Municípios Baianos – 2010.....	62
Tabela 5 – Resultados do Atendimento de Saúde por Grupos de Municípios. Bahia – 2010.....	63
Tabela 6 – Resultados do Indicador de Infraestrutura Social por Grupos de Municípios. Bahia – 2010.	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COM BASE NA ABORDAGEM DAS NECESSIDADES BÁSICAS	9
1.1 Origem e Fases da Discussão.....	9
1.2 A Abordagem das Necessidades Humanas Básicas	13
1.3 O Atendimento das Necessidades Básicas e seus Desdobramentos	16
<i>1.3.1 Apresentação do mecanismo de atendimento – a política social</i>	<i>16</i>
<i>1.3.2 Trajetória da política social.....</i>	<i>18</i>
<i>1.3.3 Modalidades de Atuação.....</i>	<i>23</i>
2 SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA BAHIA	25
2.1. Bahia Primário-Exportadora	25
2.2. A Economia Baiana no Século XX	32
2.3 O Panorama Econômico Atual.....	37
2.4 A evolução das condições sociais no estado da Bahia	40
3 INFRAESTRUTURA SOCIAL DO MUNICÍPIOS BAIANOS	48
3.1 As Particularidades Econômicas do Território Baiano	49
3.2 Metodologia	53
3.3 Análise aplicada do Índice Municipal de Infraestrutura Social para os municípios baianos	55
<i>3.3.1 Educação.....</i>	<i>55</i>
<i>3.3.2 Saúde</i>	<i>60</i>
<i>3.3.3 Indicador de Infraestrutura Social</i>	<i>64</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE 1- RESULTADOS DO INDICADOR MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SOCIAL PARA OS MUNICÍPIOS BAIANOS.....	77

INTRODUÇÃO

A Pobreza é vista como um fenômeno complexo que pode ser definido, grosso modo, como o não atendimento adequado das necessidades. Trata-se de um evento visível em qualquer período da história. Contudo, a consolidação do capitalismo marcou a acentuação desse problema, visto que as discussões acerca da pobreza se iniciaram nos países desenvolvidos e representaram um alerta social durante o período pós-guerra.

A mensuração da pobreza apresenta, historicamente, um viés utilitarista, no qual a renda dentro dessa perspectiva é considerada como *proxy* de bem-estar do indivíduo, estando relacionada apenas a satisfação das necessidades alimentares. A partir da década de 1950, essa abordagem passou a ser questionada dando surgimento à abordagem multidimensional. O viés multidimensional engloba, além da renda, outros aspectos como as necessidades básicas e as capacitações do indivíduo que são necessárias para a operacionalização adequada do mesmo em sociedade. Com o surgimento da abordagem multidimensional passou a ser enfatizado o desenvolvimento econômico, refutando que apenas o crescimento econômico poderia combater a pobreza e proporcionar melhoria de vida ao indivíduo. Dentro dessa abordagem, emerge a Teoria das Necessidades Básicas que será trabalhada ao longo desse trabalho monográfico.

A história da economia baiana foi marcada por um complexo dinamismo, evidenciado por momentos de altos e baixos, bem como por problemas sociais severos que, juntos, comprometeram o cenário do território em questão. Essa circunstância justifica alguns atrasos ainda evidentes no estado e a situação de extrema pobreza associada à grande parte da população baiana. Essa consideração provém do modelo de “desenvolvimento” adotado pelos governantes do país nas últimas décadas, tanto a nível estadual, como nacional, o que pode ser observado a partir de uma releitura da trajetória socioeconômica baiana.

Trata-se de uma temática de grande relevância no cenário atual, uma vez que as políticas de transferência direta de renda se fazem cada vez mais presentes no Nordeste do Brasil e, principalmente na Bahia. Ocorre que, tem-se a ideia superficial de que essas políticas são diretamente associadas a qualquer avanço socioeconômico que venha acontecer, sendo interessante investigar se essa premissa é válida. Além disso, diante do contexto atual brasileiro, é importante compreender como o atendimento das necessidades atua no desenvolvimento de uma população e a maneira que as políticas sociais vem sendo colocadas em prática nesse processo.

Em sendo assim, reconhecendo a importância da teoria das Necessidades Básicas e o seu amplo foco de abrangência, o presente trabalho objetiva, em âmbito geral, realizar uma análise acerca das condições do atendimento fornecido aos baianos, considerando as necessidades básicas, a exemplo de saúde e educação, tomando por base o ano de 2010. Quanto aos objetivos específicos que norteiam esse trabalho, enquadram-se a identificação dos níveis de atendimento para os municípios baianos, mostrando as privações vivenciadas pela população e suas razões. Para tanto, este trabalho monográfico alicerçou-se na seguinte questão problema: O atendimento das necessidades básicas referentes às esferas de educação e saúde foi oferecido a nível satisfatório no ano de 2010?

A pesquisa desenvolvida é quali-quantitativa. O método utilizado embasou-se na Análise Multidimensional da Pobreza, a partir de uma adaptação do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que trabalha com três dimensões: saúde, educação e padrão de vida. Em decorrência da disponibilidade das informações, o indicador desenvolvido nesse trabalho consiste em uma extensão do IMP, que consiste no Índice Multidimensional de Pobreza Municipal, utilizando dados referentes à saúde oriundos do DATASUS e à educação, oriundos do INEP/MEC.

Além desta introdução, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro discute o conceito de pobreza com base na abordagem das Necessidades Básicas, ressaltando as fases dessa discussão e o mecanismo voltado para a mitigação das desigualdades e atendimento das necessidades, que seria a política social, mostrando a sua trajetória e atuação.

O segundo capítulo apresenta um apanhado histórico acerca do desempenho econômico baiano desde a sua atuação, apresentando os pontos fracos e fortes, bem como estabelecendo uma ponte entre as condições sociais e econômicas do território, objetivando estabelecer posteriormente, os fatores históricos e as atuais condições.

Finalmente, no terceiro capítulo consta a aplicação da metodologia proposta, identificando o nível de atendimento referente aos serviços públicos de saúde e educação em todos os municípios baianos. Antes disso, são feitas algumas considerações acerca da concentração econômica do estado baiano e uma exposição mais minuciosa acerca do método utilizado. O fechamento deste trabalho expõe os resultados da análise.

1. A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COM BASE NA ABORDAGEM DAS NECESSIDADES BÁSICAS

O capítulo a seguir discorre acerca da Abordagem das Necessidades Básicas, uma das vertentes utilizadas para a análise do desenvolvimento socioeconômico. O objetivo é compreender as principais contribuições dessa abordagem para o estudo do desenvolvimento econômico atrelado às necessidades básicas do ser humano que, ao serem devidamente satisfeitas, permitem que ele usufrua de condições que proporcionem a sua efetiva participação como agente na sociedade e qualidade de vida. A origem da discussão, bem como o desenvolvimento da teoria das Necessidades Humanas Básicas, explicitando as fases de compreensão dos conceitos relacionados a ela é apresentada na seção 1.1. Na seção seguinte, é feito um levantamento conceitual, a respeito da Abordagem das Necessidades Básicas, a partir da enumeração de algumas interpretações, o conceito real considerado na abordagem e seu desdobramento, bem como as controvérsias e críticas levantadas em torno do que é pregado pelo estudo. A seção 1.3 apresenta a questão das políticas sociais como mecanismo adequado para o suprimento dessas necessidades e a maneira que essas políticas têm atuado recentemente.

1.1 Origem e Fases da Discussão

A abordagem das necessidades básicas (ABN), também conhecida como “*Basic Needs*”, surgiu em meados do século XX como um contraponto ao que era pregado pela análise unidimensional da pobreza, na qual a renda era tida como foco principal a ser atingindo e representação do status social e econômico do indivíduo. De acordo com esta ótica, a promoção do desenvolvimento e progresso social decorre do incentivo ao crescimento econômico, em termos monetários. Alternativamente, a ABN defende que a devida satisfação das necessidades básicas é essencial para que ocorram desenvolvimento, crescimento econômico e geração de renda. Como dito por Stewart (2006, p.17 apud LACERDA, 2009, p. 49) acerca dessa teoria:

A abordagem das necessidades básicas não tem a intenção de substituir o crescimento econômico e sim de suplementá-lo, pois considera que este é essencial para geração de renda para as populações pobres e de receitas públicas que assegurem a oferta dos bens e serviços públicos.

Em outros termos, a teoria das necessidades básicas permite asseverar que políticas estritamente direcionadas ao acréscimo em termos monetários não apresentam uma eficácia considerável quando a satisfação das necessidades básicas materiais e não materiais não é assegurada ao indivíduo, simultaneamente. Trata-se de uma ideia complementar ao contexto em que se vive. O crescimento será proporcionado a partir do momento em que coexistir geração de renda e atendimento de determinadas necessidades, mantendo a sociedade em um determinado padrão socioeconômico que permita o desfrute de uma vida digna.

Bagolin e Ávila (2006) destacam que a teoria em questão reúne argumentos desenvolvidos por pensadores como Hegel, Kant e Marx e a sua consolidação é fruto de contribuições dos diversos campos do pensamento acadêmico. A década de 1950 foi palco de origem dessa teoria. O auge do estudo ocorreu na década de 1970, quando passou a ser utilizado para a formulação de políticas de desenvolvimento, ajustando a falha concepção acerca do crescimento econômico como único mecanismo utilizado para a mitigação da pobreza nos países em desenvolvimento. Como pode ser visto a seguir:

As políticas implantadas nos países pobres ou em desenvolvimento no período pós-Segunda Guerra elevaram, em sua maioria, as taxas de crescimento econômico desses países, mas não tiveram o mesmo efeito do ponto de vista distributivo e nem foram capazes de reduzir a pobreza. Como resultado, ocorreu uma expansão no número absoluto de pessoas pobres, aumento do desemprego e concentração de renda. (SILVA; LACERDA; NEDER, 2011, p. 515).

O objetivo de crescimento e melhoria das condições de vida em uma sociedade não é plenamente alcançado quando determinadas carências como saneamento, moradia, educação e trabalho, por exemplo, não são saciadas. Reconhece-se a relevância da renda para o alcance de um nível de vida melhor. No entanto, não ocorrendo investimento nas demais áreas, de modo a elevar o alcance dos bens e serviços básicos para a sociedade, concomitante à introdução de renda, que por muitas vezes acaba sendo consequência das melhorias em questão, a tendência é que ocorra um crescimento apenas aparente, visto que a sociedade permanecerá com a sua qualidade de vida comprometida.

A consequência visível da atuação de políticas apoiadas na crença unidimensional é uma situação de dependência das transferências de renda, por parte das famílias menos abastadas, principalmente, associada ao desemprego e baixo dinamismo econômico, tornando cada vez mais inviável a possibilidade de atingir um patamar de renda além do considerado como linha de pobreza. Assim, vale observar que:

Sob o entendimento de que os pobres não necessitavam somente de renda, mas da satisfação de necessidades que dariam oportunidade de levar uma vida plena, a abordagem das necessidades básicas chamou a atenção para o que deveria ser a preocupação fundamental do desenvolvimento: os seres humanos e suas necessidades (STREETEN et al, 1981 apud SILVA; LACERDA; NEDER, 2011, p. 515).

A interpretação das necessidades básicas avançou gradualmente. Conforme Bagolin e Ávila (2006), a Teoria das Necessidades Humanas pode ser subdividida em três estágios ou fases. Na primeira delas, as necessidades humanas podem ser identificadas como requerimentos naturais do ser humano atrelados à sua sobrevivência, os quais, ao serem satisfeitos, permitem o desenvolvimento de potencialidades como pensar, agir, sofrer, dentre outras. Essa elucidação é veementemente criticada por autores como Pereira (2006), segundo a qual a definição aproxima as necessidades humanas das necessidades animais, de forma a não exigir além do mínimo para que sejam atendidas. O conceito em questão foi predominante na década de 1950, apoiado na concepção de que as necessidades eram garantidas a todos enquanto as sociedades pré-capitalistas eram vigentes, o que se tornou visivelmente oposto na fase mais avançada desse sistema, marcada pelo desenvolvimento tecnológico e pela intensidade da acumulação de capital, situação na qual o atendimento das necessidades nunca foi de pleno alcance.

Na segunda fase de estudo, em meio aos problemas relacionados à pobreza e desemprego e a preocupação em dirimir as carências sofridas por grande parte da população, foram levantadas novas possibilidades em benefício do desenvolvimento econômico, o que ampliou as discussões sobre a satisfação das necessidades básicas essenciais, presente na Teoria das Necessidades Básicas. O contexto dessa nova interpretação incitou diversos questionamentos acerca da capacidade do crescimento econômico como um mecanismo para a promoção do desenvolvimento e extirpação da pobreza dos países em desenvolvimento, como destacado por Silva, Lacerda e Neder (2011).

Essa fase, compreendida entre as décadas de 1960 e 1970, foi caracterizada pela formulação e operacionalização de políticas públicas. Até então, os níveis de pobreza eram justificados pelo desemprego, de modo que a reversão desse problema chegou a ser considerada como prioridade para o alcance de um nível de desenvolvimento satisfatório, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT. No entanto, a distribuição de renda logo retornou ao foco, uma vez reconhecido que o desemprego não justificava o avanço da pobreza. Em meio ao pós Segunda Guerra, as populações pobres encontravam-se em um estágio emergencial, requerendo ações diretas em relação à satisfação de necessidades que

proporcionassem um nível de vida pleno, e não ações limitadas aos avanços da atividade econômica e produtividade. Nesse sentido, análise levantada no segundo estágio sublinha que desenvolvimento e crescimento econômico não são sinônimos, visto que o primeiro envolve o bem-estar proporcionado na medida em que as necessidades básicas, dentre as quais se enquadra o mínimo necessário à sobrevivência (necessidades fisiológicas e o acesso a bens e serviços públicos), são satisfeitas.

No terceiro e último estágio dessa discussão, destaca-se o papel da Nova Teoria das Necessidades Humanas. Doyal e Gough (1991), grandes estudiosos da área, afirmam que os seres humanos, em qualquer época ou espaço, partilham das mesmas necessidades, ainda que a satisfação possa variar. O estudo dessa fase da teoria aponta para a objetividade e universalidade das necessidades básicas. A objetividade se deve à independência das necessidades em relação às preferências. Já universalidade está ligada aos prejuízos provocados pela insatisfação das necessidades em qualquer cultura, ou seja, os efeitos negativos que impedem os seres humanos de viver em condições adequadas e limitam ou até obstam a participação dos mesmos em sociedade. Essa interpretação permite o descortinar de um leque para discussões que têm início no não atendimento das necessidades básicas e as implicações dessa problemática, conforme é mostrado a seguir:

Fica evidente que o enfoque nas necessidades humanas básicas vincula-se à concretização de direitos. Deste modo o combate à pobreza deve estar voltado para atender o caráter objetivo e universal das necessidades humanas. Para tanto, a provisão social, tem que deixar de ser mínima para ser básica, e então, agir eficazmente no combate à pobreza. (SILVA; LACERDA; NEDER, 2011, p.18).

Essa fase do estudo ressalta a existência de dois conjuntos de necessidades humanas básicas, são eles: saúde física, vinculada a sobrevivência, e a autonomia, que preserva o indivíduo do desamparo e da miséria, como dito por Pereira (2006), e também assegura a sua capacidade de agência. Essas são condições essenciais para que o objetivo da participação social seja alcançado e devem envolver, na sua execução, a sociedade e o governo.

Enquanto as interpretações iniciais ressaltavam a questão da aproximação das necessidades animais e, posteriormente, preconizou-se o acesso de todos às necessidades materiais, a terceira fase da discussão levou em consideração as necessidades materiais e imateriais, envolvendo aspectos sociais e participação política. Assim, a participação do indivíduo ativamente na sociedade, que está atrelada à sua liberdade de escolha, é a questão

essencial presente no conceitual da Teoria das Necessidades Humanas Básicas, que será explanada na seção em sequência.

1.2 A Abordagem das Necessidades Humanas Básicas

O termo necessidades básicas vincula-se às necessidades atreladas à sobrevivência física do indivíduo. A definição de necessidades humanas básicas retoma as necessidades mais amplas como educação, saneamento, moradia e etc., bem como as imateriais, nas quais se engloba a participação ativa em sociedade. Vale ressaltar que o fato de ser ou não uma necessidade básica, dependerá do contexto considerado. Rocha (2003, p. 27) afirma que:

[...] o estabelecimento do que seja pobreza e necessidades básicas é necessariamente diferente em áreas rurais e urbanas, também o sendo entre áreas urbanas conforme o grau de urbanização. Necessidades e grau de esforço exigido para atendê-las variam segundo condições climáticas e socioeconômicas de acesso à terra e a outros recursos naturais. Características demográficas diversas, como a distribuição da população por idade, implicam diferentes necessidades e visões sociais distintas do que seja a pobreza.

Nota-se que é necessário levar em conta uma noção de pobreza relativa. Definidas as necessidades, é requerido que todos os componentes da sociedade em questão, e não apenas uma parcela considerada pobre, tenham as suas necessidades atendidas em um patamar mínimo.

Os conflitos governamentais e de planejamento, posteriores à Segunda Guerra Mundial, que tiveram os países em desenvolvimento como palco principal, desencadearam uma situação visivelmente atribulada quanto à assistência social por parte do Estado, tanto no que diz respeito ao alcance, como na qualidade dos bens e serviços oferecidos. As ações de seguridade social se fizeram presentes tanto nos países desenvolvidos, quanto nos demais. Stewart (1989) sublinha que a falha do sistema econômico e social mediante o alcance das condições de vida básicas para a população do terceiro mundo, em se tratando do acesso universal aos bens sociais e econômicos básicos, bem como aos serviços essenciais, levou ao reconhecimento generalizado das necessidades básicas como uma prioridade.

De acordo com Stewart (1989), a abordagem das necessidades básicas tem como foco primordial, na busca do desenvolvimento econômico, a garantia de que todos tenham acesso aos bens e serviços básicos suficientes para manter um nível de vida superior ao mínimo. Doyal e Gough (1991), principais representantes dessa teoria, ressaltam que a satisfação

adequada das necessidades básicas é fundamental para o desenvolvimento de uma vida íntegra, acarretando sérios prejuízos à atuação social e física dos homens, caso ocorra o contrário.

Nota-se que a renda não é o aspecto primordial considerado. De acordo com Lacerda (2009), a qualificação da pobreza nessa abordagem sobrepõe a sua quantificação. Ao critério da renda deve ser somada a satisfação adequada das demais necessidades básicas, dentre as quais se enquadram saúde, educação, moradia, saneamento e etc. Diante das evidências, é possível afirmar que essa abordagem ressalta a importância da multidimensionalidade do estudo da pobreza, uma vez que o crescimento econômico é importante para a sua mitigação, entretanto, não apresenta efeitos incisivos sobre a desigualdade, fato que ocorre quando as ações monetárias associam-se às políticas sociais e redistributivas.

Como dito por Lacerda (2009), são diversas as interpretações dadas ao termo. De um lado, está o ideário neoliberal que considera as necessidades como preferências subjetivas intrínsecas a cada consumidor, o que compromete a formulação de políticas públicas pela ausência de parâmetros. Por outro lado, existem os que defendem que apenas a autoridade pública tem capacidade de decidir e atender as necessidades básicas, como também direcionar o consumo privado. Há ainda quem considere as necessidades básicas como necessidades naturais, de sobrevivência, que devem ser minimamente atendidas. Por fim, é levantada a definição mais importante a ser discutida ao longo do estudo, o conceito para a abordagem das necessidades humanas básicas:

Os adeptos da abordagem moderna das necessidades humanas básicas (terceiro estágio) se distanciam dessas interpretações e enfatizam que as necessidades básicas devem incluir aspectos materiais e não materiais que possibilitam a realização de uma vida plena considerando o atendimento a essas necessidades como direitos humanos. É esta a definição que se tornou uma das bases da teoria do desenvolvimento humano. (LACERDA, 2009, p.47).

Observa-se que além da dignidade das condições físicas e monetárias de sobrevivência, a questão do papel social ativo do indivíduo, enquadrada como uma necessidade imaterial é significativamente priorizada nessa teoria. Nesse sentido, é importante ter em mente a divergência entre necessidades básicas, não básicas e preferências. Como dito por Doyal e Gough (1991), a principal distinção entre esses termos consiste na ocorrência dos prejuízos mencionados, para o caso da ausência da sua satisfação. As necessidades não básicas e preferências, quando não atendidas devidamente, podem até desencadear

implicações negativas na esfera psicológica ou física, por exemplo. No entanto, não compromete a capacidade de agência do indivíduo, como acontece no primeiro caso. Como já definido pela teoria, a partir do momento que o indivíduo é impedido de usufruir bens e serviços sociais básicos, incluídos na definição de necessidades básicas, ele é acometido pela incapacidade de desenvolver-se como cidadão ativo.

A vida plena, considerada como uma vida satisfatória consiste no objetivo de vida a ser cumprido de acordo com a abordagem das necessidades básicas, segundo as considerações de Stewart (1989). Assim, o acesso aos bens e serviços básicos, que viria a ser o cumprimento das necessidades básicas, consiste no instrumental utilizado para que o status de vida plena seja alcançado, de modo a mitigar as condições de pobreza. Os quesitos a serem satisfeitos, apresentados ainda em Stewart (1989), para que um nível de vida plena seja atingido compõem uma “função de metaprodução”, que inclui elementos tais como: alimentação, saúde, educação, moradia e acesso à água potável.

As necessidades básicas fundamentais não são equiparadas aos direitos humanos, apesar da sua essencialidade. No entanto, a possibilidade da sua legalização incita uma maior segurança do seu cumprimento, por parte dos organismos governamentais. Além disso, o efeito da consideração do atendimento das necessidades como um direito individual, atingirá, conseqüentemente, um nível de desenvolvimento econômico geral e um benefício significativo para a sociedade como um todo. Stewart (1989) destaca que a possibilidade de atribuir um caráter legal a tais necessidades confere um peso moral maior à necessidade do seu cumprimento, elevando o compromisso político e os mecanismos de supervisão quanto à garantia das mesmas.

Como demonstrado por Stewart (1989), existem diversas questões controversas levantadas na interpretação da teoria das necessidades básicas. O primeiro ponto de discussão é o que deve ser considerado como prioridade. De um lado, tem-se o cumprimento das necessidades básicas como objetivo único do desenvolvimento econômico, tendo peso maior diante de outras questões. Por outra vertente, apresenta-se a questão da urgência do agrupamento das necessidades e avaliar se existe compensação entre o cumprimento incompleto de algumas necessidades, sacrificando os demais objetivos, em benefício da realização a curto prazo, em detrimento de realizações maiores posteriormente.

O segundo ponto levantado pela autora é o desacordo quanto à definição precisa do que viriam a ser os bens básicos necessários. O que se tem em consenso é que o núcleo dessas necessidades inclui água, comida, saúde, moradia e educação, além de aspectos não materiais

como ocupação, participação social e liberdade (STEWART, 1989). No entanto, como já foi mencionado, cada contexto revelará quais são as necessidades básicas da sociedade considerada, de modo que não exista inicialmente uma uniformidade. A terceira questão é a definição do *mínimo básico*, visto que a teoria em discussão tem como preocupação principal a extensão de determinado padrão básico a todos, de modo que alcançando tal padrão, o indivíduo estaria desfrutando de uma “vida plena”. Contudo, o critério de definição desse padrão não se manifesta precisamente.

De acordo com Sen (1990), a ABN comumente define as necessidades básicas de acordo com a quantidade mínima de produtos referentes à alimentação, vestuário e moradia. O autor avalia essa questão como Fetichismo das Commodities, que viria a ser, de acordo com Silva (2009) a associação de mercadorias às capacitações. Entretanto, Lacerda (2009) ressalta que:

As dificuldades em se mensurar as necessidades não materiais e em estabelecer níveis satisfatórios de atendimento são justificativas para a concentração nos bens e serviços. Além disso, como já dito anteriormente, estes últimos são definidos como instrumentos (meios) para a realização de uma vida plena (fim) (LACERDA, 2009, p. 50).

Apesar da crítica, Sen (1990) destaca que o conceito de privação das necessidades básicas em questão vai além da privação em termos de renda, reconhecendo a inclusão das necessidades relacionadas à saúde, educação e serviços essenciais que devem ser garantidos para prevenir a pobreza. O autor também declara que a teoria reconhece a necessidade de emprego e participação na sociedade.

Diante desses comentários, pode-se afirmar, em concordância com Lacerda (2009), que essa abordagem tem muito a acrescentar aos estudos da pobreza, por introduzir o aspecto multidimensional, uma vez que a linha de pobreza relacionada à renda, por si só, não identifica com precisão, a condição efetiva do indivíduo, o que é realizado de maneira mais precisa, quando consideradas as demais privações.

1.3 O Atendimento das Necessidades Básicas e seus Desdobramentos

1.3.1 Apresentação do mecanismo de atendimento – a política social

O conceito de necessidades humanas básicas está intimamente ligado aos direitos humanos e às políticas sociais, além de servir como base para a formulação destas. Como dito

por Silva (2009), de acordo com esta vertente, o desenvolvimento de uma vida íntegra ocorrerá somente quando as necessidades fundamentais forem atendidas. A satisfação dessas necessidades universais deve ser garantida pela ação das políticas públicas. Acerca disso, Stewart afirma que:

Desta forma, argumenta-se que os pobres não precisam apenas de renda, mas de bens e serviços básicos. Recursos monetários podem não ser suficientes para assegurar uma oferta adequada de bens e serviços, porque elementos centrais como serviços de saúde, educação e oferta de boa água dependem da provisão pública e não apenas de renda privada (STEWART, 2006 apud SILVA; LACERDA; NEDER, 2011, p.515-516).

Em meio a essa discussão, levanta-se a questão da provisão social, da qual é supostamente esperada a satisfação dessas necessidades. Para Pereira (2006), a provisão não deve ser um instrumento de reprodução da pobreza, mas um incentivo ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, enquadra-se a atuação da política social que consiste em programas e medidas que proporcionam o exercício dos direitos sociais, visando incentivar o desenvolvimento humano não apenas no aspecto monetário, mas atendendo as necessidades básicas não proporcionadas de maneira completa pelo sistema capitalista. Essa constatação pode ser relacionada à seguinte afirmação: “[...] *social policy is seen to be beneficent, redistributive and concerned with economic as well as non-economic objectives*”, (TITMUS, 1974, p. 145)¹.

A política social é o instrumento por meio do qual o Estado executa a proteção social. Marshall (1965 apud TITMUS, 1974) concorda com essa ótica de análise, como pode ser comprovado por sua fala a seguir, a respeito do termo em questão:

"Social Policy" is not a technical term with an exact meaning... it is taken to refer to the policy of governments with regard to action having a direct impact on the welfare of the citizens, by providing them with services or income. The central core consists, therefore, of social insurance, public (or national) assistance, the health and welfare services, housing policy. (MARSHALL, 1965 apud TITMUS, 1974, P.145).²

Pereira (2008) partilha de ideia semelhante, ao levantar a seguinte conceituação acerca da temática:

¹ “[...] política social é vista como benéfica, redistributiva e preocupada com objetivos econômicos bem como não econômicos”. (TRADUÇÃO NOSSA)

² “Política social não é um termo técnico com um significado exato ele é tomado para se referir à política dos governos em relação a medidas que tenham um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, proporcionando-lhes serviços ou renda. O núcleo central consiste, portanto, de seguro social, pública (ou nacional) assistência, os serviços de saúde e de bem-estar, a política habitacional”. (TRADUÇÃO NOSSA).

refere-se à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios da justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2008, p.173).

Objetivando sintetizar a definição de política social, para melhor compreensão do termo durante o presente estudo, pode-se inferir, com base nas fontes supramencionadas que a política social é a ação desempenhada pelo aparelho governamental, para suprir necessidades básicas da população, que o sistema privado, de modo isolado, não consegue suprir. Em tese, o foco da política social viria a ser a garantia do bem-estar social, uma vez que este está estritamente vinculado às necessidades humanas básicas.

1.3.2 Trajetória da política social

Considerando a importância da atuação da política social para o atendimento das necessidades da população e garantia de uma vida plena, de modo a permitir a agência e ocupação do papel social do cidadão, faz-se necessária a compreensão de como essa ação se desenvolveu, chegando aos moldes atuais.

A partir do século XIV foi instituída a Lei dos Pobres. Conforme Pereira (2008), essa medida consistia em regulações, sob a responsabilidade do aparelho estatal, que visavam conter a perambulação de pessoas ou a chamada “vagabundagem”. Para o caso de “vagabundos inválidos” era concedido um auxílio mínimo. É interessante chamar atenção neste ponto, pelo fato de esta ação ser considerada, com base na mesma autora, o ponto de origem da assistência social institucional. Para o caso de “vagabundos válidos”, a lei em questão aplicava severas punições. O Estado assumiu esse papel ao se dar conta de que a caridade cristã, até então responsável pelos pobres, não detinha estrutura para lidar com possíveis eventualidades decorrentes de desarranjos sociais característicos da transição da ordem feudal para o sistema capitalista, a exemplo de miséria, desabrigo e epidemias, como dito ainda pela mesma autora. Sobre isso, Pereira (2008, p. 62) arremata afirmando que: “A índole desta lei era mais punitiva que protetora”.

Despontaram em seguida as *poor houses*, que viriam a ser alojamentos destinados aos capazes, bem como incapazes para o trabalho. Uma vez instalados nessas casas, os incapazes deveriam trabalhar para manter a própria subsistência. Entretanto, a tentativa foi

falha, por não conter efetivamente a “vagabundagem”, circunstância que deu espaço a uma nova lei a *Poor Law Act*. Essa nova medida procurou gerenciar a classe necessitada, classificando os indivíduos de acordo com suas condições. Os incapazes eram encaminhados às *Almhouses*, enquanto os capazes para o trabalho ou mendigos fortes eram encaminhados às *Workhouses* e, por fim, os capazes que se recusavam a trabalhar, também reconhecidos como corruptos, eram direcionados aos reformatórios.

Sobre o final do século XVIII, Pereira (2008, p.76) destaca:

O processo de industrialização intensificava-se ocasionando flutuações econômicas e desmoronamento de um sistema de proteção social previsto para funcionar em sociedades pré-industriais. A escassez de alimentos, produzida pelas baixas colheitas e por conflitos bélicos, passou a requerer novas modalidades de política social. Agora, não só os impotentes e desempregados, mas também os empregados tinham de ser sustentados, em vista da presença ameaçadora da fome e do aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade.

Nesse meio tempo, em 1795, emergiu o Sistema *Speenhamland*, o marco diferencial na trajetória da assistência social, por não se restringir aos desempregados, como os programas anteriores, mas atender também a classe proletária que estava surgindo (POLANYI, 2012). Esse sistema garantia ao trabalhador, bem como ao incapaz o direito à proteção social pública. A partir desse novo sistema, as autoridades forneciam ao trabalhador um subsídio salarial, proporcional ao tamanho da sua família e o valor do pão. Por oferecer a ação diferencial de proteger os direitos do trabalhador, o sistema se transformou em uma lei, a *Speenhamland Law*.

Nesse contexto, emergiram ideias contrárias ao protecionismo social. Thomas Malthus (1982) asseverou que a ajuda direta aos pobres desencadearia casamentos inconsequentes, incitando o crescimento populacional descontrolado. Outro teórico, Ricardo (1982), pregava a ideia de que as ajudas sociais afastariam os investimentos que atuariam no aumento do nível de empregos. Disseminadas essas ideias, a alternativa encontrada, sob a influência dessas teorias, foi a construção da Nova Lei dos Pobres, uma reforma que se pautou nos ideais *laissezfairianos*, ou seja, os ideias liberais.

De acordo com a nova lei, era proibido ajudar aos pobres saudáveis em suas próprias casas, todos os que pedissem ajuda deveriam morar nas *workhouses*. As condições de vida nestes locais eram bastante degradantes para desencorajar os pobres a pedir ajuda em suas paróquias. (CORRÊA, 2011, p.71)

Com o tempo, a Lei de 1834 mostrou-se desvantajosa para a sociedade, principalmente por não levar em conta o contexto em que se vivia. O século XIX, marcado por transformações e constantes oscilações econômicas, apresentou-se nesse momento como o recorte temporal determinante para o entendimento da institucionalização da política social. Como sublinhado por Pereira (2008), esse período foi palco de mudanças, em âmbito mundial, que trouxeram à tona a questão social e o atendimento direto à população, por parte do Estado, fornecendo as bases para o aprimoramento das políticas sociais e também para a política do *Welfare State*, que será tratada mais a diante, o que pode ser comprovado pelo fragmento em sequência:

Efetivamente, o referido século foi sacudido por três grandes acontecimentos, detectados oportunamente por Flora e Heidenheimer na obra dos clássicos (Tocqueville, Weber, Marx, Durkheim): a) a transformação qualitativa das técnicas de produção, iniciada no século XVIII, que recebeu o nome de Revolução Industrial por analogia ao conceito de revolução política; b) a eclosão da democracia de massas, e c) a constituição dos Estados nacionais (PEREIRA, 2008, p.31).

Diante da importância dos rumos da política social para o presente estudo, faz-se necessário um breve exame quanto aos episódios que fundamentam as modificações ocorridas. O rumo tomado pelo capitalismo após a Revolução Industrial alterou integralmente o desenrolar econômico e social da época. A transformação qualitativa nos métodos de produção exigiu do aparelho estatal uma postura interventora, uma vez que implicou reformas na agricultura, nas estruturas produtivas e, conseqüente nas relações socioeconômicas e políticas, diante da imposição de uma nova lógica de exploração (POLANYI, 2012). Como levantado por Pereira (2008), essa nova feição calcou-se em uma nova divisão social, onde constam as classes da burguesia e do proletariado, esta última em posição subsidiária. A autora sintetiza essa ideia com a seguinte colocação:

Para muitos, foi nesse período – quando a burguesia se afirmou como classe dominante e o proletariado tomou consciência de sua própria classe – que surgiu a chamada questão social, perante a qual o Estado teve que fazer a mediação legal e política (PEREIRA, 2008, p.32).

O segundo fator em questão refere-se a irrupção da democracia das massas. Esse evento associa-se à transição do Estado absolutista para um Estado social de direitos, ideia levantada por Flora e Heidenheimer (apud PEREIRA, 2008). A mobilização da população e o poder alcançado por meio da reivindicação dos seus direitos impeliram novas funções ao

Estado. Essa circunstância foi fundamental, em se tratando da preocupação com o desempenho e campo de atuação das políticas sociais, bem como para o desenvolvimento do *Welfare State*, posteriormente.

O ultimo acontecimento mencionado, a constituição do Estado nacional moderno, significou, conforme Pereira (2008, p. 36) “a soberania do Estado nação que conferiu a esse Estado poder discricionário [...] de instituir, gerir, financiar e até prover políticas de interesse de seus membros [...]”. A partir da autonomia obtida pelo Estado, os governos passaram a desempenhar funções de autoridade pública e também a ser cobrados no que diz respeito aos direitos e proteção à sociedade, fato também influenciado pela democracia das massas.

Em síntese: “Os acontecimentos econômicos, sociais e políticos que tiveram lugar naquele momento histórico revolucionaram de fato a concepção e a prática da proteção social vigente nos séculos anteriores” (PEREIRA, 2008, p. 37). Identificados os marcos históricos vinculados aos avanços ocorridos na política social durante o século XIX, faz-se imprescindível uma interpretação do *Welfare State* e a sua relação com o ideário da política em questão.

O *Welfare State* surge em meados do século XX. Esse sistema teve como cenário a Grande Depressão ocorrida na década de 1930, período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial. A acentuada crise do período em questão “consolidou a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento”, como afirmado por Boschetti Behring (2011, p.91). Nesse contexto, fez-se necessária a contribuição estatal a partir do atendimento direto das necessidades da população, no que diz respeito aos mais variados aspectos além da renda, a exemplo de saúde, educação e alojamento.

De acordo com Draibe (1989), o Estado de Bem-estar é um agrupamento de ações que abarcam seguridade social, associada à parte monetária (previdência e assistência social), e as necessidades relacionadas à saúde, educação, moradia e alimentação.

Para uma melhor compreensão acerca dessa prática, é interessante destacar as diversas elucidações, levantadas em diferentes recortes temporais. Wilenski (1985, p. XIII apud DRAIBE, 1989, p.18) define a prática *Welfare* da seguinte forma:

A essência do *Welfare State* é um padrão mínimo – garantido pelo Estado – de renda, alimentação, saúde, alojamento e instrução, assegurado a qualquer cidadão como um direito político e não como beneficência.

Para os marxistas, “o *Welfare State* é um produto inevitável do modo de produção capitalista. A acumulação de capital cria condições que forçam a reforma social (O’Connor, 1973)” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.92). Mais recentemente, Medeiros (2001, p.6) define essa política como “a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista, a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população”.

Com base nas definições supramencionadas, é possível definir o *Welfare State* como uma medida de intervenção e auxílio à população, na qual o Estado passou a atuar de maneira direta, contribuindo para o bem estar da sociedade, fornecendo as bases de sustentação e atendendo às necessidades básicas, em meio a um contexto de reformas socioeconômicas que, por sua vez implicaram carências à população. Em adendo, vale ressaltar que a partir do *Welfare*, a política social se tornou um meio de alcançar os direitos sociais e multiplicá-los, visto que se firmaram forças sindicais e o Estado prezou pela cidadania.

Para dar racionalidade às suas ações, o *Welfare State* guiou-se por três referências que formam o Paradigma Dominante de Estado de Bem-Estar, com base na análise de Pereira (2008). A primeira delas relaciona-se ao Estado de Bem-Estar Keynesiano, de acordo com o qual o equilíbrio econômico é dependente da intervenção estatal. Essa teoria delega ao Estado a incumbência de desenvolver políticas associadas ao bem-estar da população, objetivando manter o crescimento econômico sob condições de pleno emprego, ou seja, alocação devida de todos os recursos, de modo a redistribuir os frutos desse crescimento para a sociedade.

A segunda referência do *Welfare* foi Sistema de Seguridade Social *Beveridge*, que, de acordo com Boschetti e Behring, significa:

A responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais. (BOSCHETTI; BEHRING, 2011, p.94).

Por fim, a terceira referência diz respeito à Teoria da Cidadania de T.H. Marshall que incluiu os serviços sociais públicos nos direitos de cidadania, delegando ao Estado a responsabilidade pela garantia desses serviços (PEREIRA, 2008).

As reflexões precedentes acerca do histórico da política social permitem a compreensão das distinções entre o *Welfare State*, que representa uma instituição intrínseca a um momento histórico sujeito a tais comprometimentos, e a política social, enxergada como um conceito genérico, presente em diferentes contextos e marcado pela sua atemporalidade. Contudo, o fato de apresentarem pontos de inflexão não exclui a possibilidade de influência

mútua dessas duas ações. Foi possível observar que a emergência do *Welfare* marcou a transformação no rumo da política social.

1.3.3 Modalidades de Atuação

Compreendido o conceito e o objetivo, faz-se necessário apreender o modo de execução de tais políticas. Segundo Fleury (1986), a atuação desse mecanismo, a depender do contexto em debate, pode assumir três modalidades diferentes, são elas: assistência social, seguro social e estado de bem-estar social. A assistência social atua de forma a reconhecer uma necessidade, a partir de atestados e outras comprovações por parte da família carente e a busca pelo seu atendimento. O recorte do artigo 1º da lei brasileira nº 8.742, de sete de dezembro de 1993, também chamada de LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social prevê que:

Assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1).

Como apresentado por esse conceito, os termos provisão mínima e necessidades básicas acabam se tornando, erroneamente, equivalentes. Dessa forma, a discussão acerca dos termos “mínimo” e “básico” é significativa na compreensão adequada do atendimento das necessidades básicas. Enquanto a ideia de mínimo sugere uma conotação de “menor”, identificado por Pereira (2006) como patamar de satisfação de necessidades que beira a desproteção social, a ideia de básico está associada a algo fundamental e indispensável, que viriam a ser condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga (PEREIRA, 2006, p.26). A distinção desses termos assegura que “enquanto o mínimo nega o ótimo de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao ótimo” (PEREIRA, 2006, p.27).

A segunda modalidade mencionada, o seguro social, está vinculada à classe trabalhadora. É um benefício atrelado à contribuição e não tem relação com necessidades específicas, é consequência do cumprimento de um contrato de trabalho. Como reforçado por Fleury:

A organização altamente fragmentada dos seguros expressa a concepção dos benefícios como privilégios diferenciados de cada categoria, como resultado de sua capacidade de pressão sobre o governo. Como os direitos sociais

estão condicionados à inserção dos indivíduos na estrutura produtiva, Wanderley G. dos Santos (1979) denominou a relação como de cidadania regulada pela condição de trabalho. (FLEURY, 2008, p.185).

Essas duas formas de proteção social, como se pode observar, são restritas a determinadas categorias sociais, deixando de prestar atendimento, muitas vezes às grandes massas.

A terceira modalidade de política social é o Estado de Bem-Estar Social, apresentado na seção anterior. Essa concepção, segundo Fleury (1986), está relacionada à ideia de cidadania plena, ou seja, a garantia de um padrão mínimo vital a todos os cidadãos no que diz respeito às carências nas diversas dimensões sociais, como saúde, educação, seguro desemprego, dentre outros, que devem ser garantidos pelo Estado.

Dentro da lógica do Estado de Bem-Estar, o Estado assume a administração, bem como o financiamento do sistema, buscando atender as necessidades e promover equidade social, como um direito político e não como beneficência, como inferido por Draibe (1989). De acordo com Pereira (2008), é destacada a importância do protagonismo estatal em benefício da igualdade, e a importância das políticas públicas para a concretização dos direitos sociais, que são garantidos pelo mesmo. O Estado consegue abarcar todas as dimensões da vida social, assumindo responsabilidades distintas e atendendo reivindicações discordantes lidando com conflitos de interesses e tendo de administrá-los. A política social então atua considerando as posições desiguais na estrutura de classes da sociedade e define uma área de atividade e interesses, ressaltando o bem-estar como real objetivo, tomando como referência o conjunto de cidadãos e não apenas uma ou outra parcela. Como se pode observar, trata-se de uma política pública que está acima do Estado e tem o apoio à comunidade como condição.

Nota-se nesse conceito, a existência de uma inter-relação entre o objetivo e alcance do estado de bem-estar e o atendimento adequado das necessidades básicas. Como visto na sessão anterior, as necessidades básicas compõem o hall de carências vinculadas à serviços elementares, que devem ser fornecidos pelo Estado, beneficiando o indivíduo no que diz respeito à sua atuação na sociedade. É possível constatar que o atendimento das necessidades básicas apoia-se nos mesmos pilares referentes à política de bem estar, uma vez identificada como uma modalidade da política social que visa garantir o básico para os indivíduos, atendendo as mais diversas essencialidades, além da renda, a partir da atuação do aparelho estatal.

2 SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA BAHIA

A desigualdade e a pobreza acentuada em determinadas regiões do país, é um fator intrínseco à economia brasileira. As atividades econômicas de cada região desenvolveram-se de acordo com seus respectivos recursos intensivos, sejam eles naturais, culturais ou históricos. Essa conjuntura contribuiu para a intensificação da pobreza na região Nordeste, uma vez que, em decorrência dos recursos disponíveis e, conseqüentemente, das atividades produtivas atrasadas, o seu desenvolvimento não foi devidamente estimulado, comprometendo a qualidade de vida da região e o seu dinamismo. Neste quadro, destaca-se a economia baiana, cujo cenário e evolução socioeconômicos são tomados como objeto de estudo no capítulo presente.

Este capítulo apresenta a trajetória da economia baiana desde o período colonial ao século XXI. São ressaltados os motores da atividade econômica responsáveis pela sua dinamização, além dos pontos de estrangulamento, como a acentuada disparidade social e a má distribuição de renda, os percalços atrelados à produção, dentre outras questões que comprometeram os avanços do estado. O início da ocupação e desenvolvimento de uma economia predominantemente primária e voltada para a exportação é retratado na seção 2.1, bem como a elencagem dos eventos do século XIX e os desdobramentos econômicos no estado baiano. Na seção 2.2, o panorama atual é brevemente apresentado, com base na tendência industrial e, por fim, são levantadas as condições sociais, a partir de um apanhado histórico das condições de vida da população baiana, o que é descrito na seção 2.3.

2.1. Bahia Primário-Exportadora

No século XVI iniciou-se a ocupação europeia na Bahia, mais especificamente na cidade de Salvador. A economia do estado nesse momento foi dinamizada pela exportação de pau-brasil, açúcar e algodão. A posição ocupada pela metrópole portuguesa no mercado europeu era favorável e a economia da colônia caracterizava-se como um sistema notadamente voltado para o mercado externo. Os empreendimentos açucareiros mostravam-se promissores no período.

O açúcar se constituiu no setor mais importante da economia colonial durante os séculos XVI e XVII, época que ficou conhecida como o “ciclo do açúcar”, tendo sido a Zona da Mata Nordestina e o Recôncavo Baiano os polos prioritários dessa atividade, seguidos por áreas do Maranhão, do Rio de Janeiro e de São Paulo. (RIO DE JANEIRO, 2004, p.3).

Ocorreu neste contexto uma associação entre Portugal e Holanda que, por sua vez, financiou a instalação de engenhos na região. Conforme ressaltado por Alcoforado (2003), o papel da Holanda foi determinante, tendo em vista a situação economicamente comprometida de Portugal.

Spínola (2004) definiu a atividade açucareira como o “carro-chefe” da economia baiana naquele período. Prado Jr. (1972) partilha dessa constatação asseverando que o maior centro produtor de cana-de-açúcar era o estado da Bahia, mais especificamente na costa meridional, abarcando as cidades de Porto Seguro e Ilhéus. Entretanto, o mesmo autor ressalta que qualquer progresso apreciável dessa atividade foi limitado por determinados fatores como condições do solo e rigidez da mão de obra, principalmente indígena.

O século XVII foi palco de uma fase recessiva. A crise vivenciada neste século partiu do rompimento da aliança entre Portugal e Holanda, desestabilizando a produção e a oferta de açúcar (INEPAC, 2004). Com a perda do capital holandês, o açúcar baiano deparou-se com empresas holandesas, francesas e inglesas que se tornaram concorrentes potenciais do seu produto. Como resultado, a venda do açúcar baiano declinou significativamente. Furtado (2005), por sua vez, partilha da mesma constatação:

Durante sua permanência no Brasil, os holandeses adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Esses conhecimentos vão constituir a base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe. Com a saída dos holandeses do Brasil, Portugal retomou o controle da produção açucareira, mas, com o desenvolvimento de uma indústria concorrente nas Antilhas, perdeu o monopólio que exercia anteriormente em conjunto com os holandeses do mercado mundial do açúcar (FURTADO, 2005, p.27).

Além de toda essa instabilidade econômica, as tensões internas proliferaram conflitos, guerras e fugas de escravos que agravaram toda essa depressão (INEPAC, 2004). Não obstante, em virtude do controle de qualidade do açúcar para exportação e

vínculo estreito com Portugal, aos poucos a economia conseguiu se reerguer, em âmbito nacional.

Entre os séculos XVIII e XIX, a pecuária apresentou-se como a atividade de maior importância, acompanhada pela extração do ouro, que significou mais uma oportunidade para o estado, mesmo diante da grande concentração da atividade no estado de Minas Gerais. Alternativamente, essa descoberta intensificou a crise açucareira, tendo em vista a perda da mão de obra escrava e livre dos engenhos, agora voltada para as minas, como comprovado por Almeida (2013, p.77):

E o açúcar teve a sua crise agravada com a febre de mineração no século XVIII, a qual arrebatou para a aventura os seus trabalhadores livres e até mestres, leilou os escravos que já escasseavam e encareceu o preço de todas as utilidades, ao mesmo tempo em que, com os embargos ao comércio com as Minas Gerais, era a Bahia impedida de compensar os seus prejuízos com o lucro dos fornecimentos para os sertões do ouro.

Durante o século XVIII, a influência da cidade de Salvador no cenário nacional atingiu o seu ápice. Almeida (1952 apud ALCOFORADO, 2003) afirma que as condições internacionais nesse momento foram extremamente favoráveis às exportações baianas, na medida em que se revitalizou o comércio. A dinamização da atividade comercial cooperou para a recuperação dos donos de engenho endividados, como também permitiu novas oportunidades à produção de algodão, por sua vez, também beneficiada pela Revolução Industrial, que expandiu o mercado europeu e permitiu a valorização de produtos advindos da colônia. Em virtude da posição estratégica de seu porto, neste momento, a Bahia já era capaz de produzir seus próprios navios. A urbanização do estado desencadeou um aumento da população e uma demanda mais complexa e exigente. Segundo dados de Alcoforado (2003) no período em questão, a Bahia comercializava em três direções: África, Europa e portos da Prata. A região detinha uma das áreas de maior densidade populacional e intensa atividade econômica da América Colonial. Observa-se que a produção de gêneros destinados à subsistência, o comércio entre portos e o tráfico de escravos favoreceram significativamente a acumulação de capital interno.

O século XIX, em se considerando a economia baiana, foi marcada por sucessivos momentos de retração e de prosperidade. O estado encontrava-se em transição do modelo agroexportador para industrial exportador, fortemente

impulsionado pelo comércio, de modo que o domínio político econômico deslocava-se dos produtores potenciais para os grandes comerciantes da época. Esse período também foi marcado pela paulatina libertação dos escravos, chegando à abolição em 1888 (ALMEIDA, 2013).

De acordo com Spínola (2004), o intervalo entre 1815 e a guerra de independência caracterizou-se pela prosperidade na Bahia, quando foram introduzidos, por exemplo, a navegação e a máquina a vapor nas atividades dos engenhos além de outros modernizadores das fábricas, construção de estradas, instituições de crédito e investimento em educação, destacando-se as escolas de medicina e contabilidade.

Neste mesmo contexto, ocorreu um substancial incentivo à agricultura, principalmente no âmbito açucareiro, o que se refletia, conseqüentemente, na intensificação do tráfico de escravos, conforme ressaltado por Calmon (1978, p.56 apud SPÍNOLA, 2004, p.90): “Os escravos, em 1810, somavam, só em Salvador 25 mil, com os navios repondo anualmente, no porto, acima de oito mil novos braços para a lavoura e as atividades domésticas e urbanas”.

A primeira metade deste século também se caracterizou pelas tensões sociais, principalmente na cidade de Salvador. Ocorreram rebeliões dentre os mais diversos grupos da sociedade, decorrentes do próprio desenvolvimento do mercado de trabalho e, conseqüentemente, da estratificação social. Como ressaltado por Spínola (2009a), escravos, brancos e nativos revoltaram-se pela necessidade de liberdade e contra as condições precárias em que viviam. Destacam-se nesse período eventos como a Revolta dos Malês, que contou com escravos revoltados com a imposição do catolicismo e pelo direito de exercer o Islamismo; e a Sabinada, que teve como reivindicações as imposições políticas e administrativas por parte do governo. Vale ressaltar que esse embate social foi fundamental para que tivesse início o declínio da escravidão no estado.

Chegando à década de 1840, foi esse o momento em que o setor industrial se integrou às atividades do estado, como mencionado por Alcoforado (2003). Em complemento, Pessoti e Sampaio (2009b) destacam que a indústria têxtil marcou o despontar dessa nova fase, visto que a província abarcava o maior número de estabelecimentos têxteis em âmbito nacional. Alcoforado (2003) ainda resalta que foram descobertos, na década em questão, diamantes na região de Lençóis, que

somaram a gama de exportações, composta por açúcar, fumo, algodão, café e cacau, mais uma possibilidade.

A partir da segunda metade do século XIX ocorreram diversos investimentos externos no Brasil e principalmente no estado da Bahia, favorecendo uma onda de modernização que priorizava os setores de transporte, financeiro e industrial, reduzindo a importância dada a outros setores e atividades. Como foi ressaltado inicialmente nesta seção, o período em questão contou com uma conjuntura oscilante que intercalou períodos de crises e avanços (SPÍNOLA, 2004, p.90).

Arelada à dependência do estado de recursos externos, a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre, em 1850, desencadeou uma crise na economia baiana. Nesse período, a legislação, em âmbito nacional, exerceu um papel determinante em duas situações: ao decretar a Lei Eusébio de Queiroz e Lei de Terras. A Lei Eusébio de Queiroz extinguiu o tráfico negreiro, fato que afetou significativamente as elites agrárias. A Bahia era o principal fornecedor de escravos oriundos do Golfo da Guiné, comercializando-os com outras partes do Nordeste, outros estados e até mesmo para outras colônias fora do Brasil. Diante da novidade instituída pela lei, a região baiana viu-se em recessão, uma vez que não é raro se deparar com argumentos que destaquem o trabalho escravo como a grande base desta economia. De acordo com as palavras de Lyra (2003, p.1):

A partir de 1850, com o término do tráfico de escravos, as expectativas da economia baiana pareciam ser de um verdadeiro colapso da produção agrícola – secularmente estabelecida na cultura da cana de açúcar – em virtude da escassez de braços. [...] Tanto os governantes como os produtores de açúcar da Bahia atribuíam o declínio da economia à falta de braços para o trabalho agrícola, e tal suposição foi responsável não só pela importação de mão de obra estrangeira livre como também pela formação de vários núcleos coloniais agrícolas na Bahia, na segunda metade do século XIX.

Ainda em 1850, foi declarada a Lei de Terras, que modificou os padrões fundiários vigentes. A partir de então, a forma legal de adquirir terras seria via compra, de modo que os lotes estariam acessíveis a quem detivesse poder de compra. O efeito visível dessa lei foi a emergência de uma nova classe social composta por pessoas menos abastadas, que não possuíam um orçamento condizente com a posse de terras. Parcela significativa da mão de obra dessa categoria foi absorvida pelas lavouras (LYRA, 2003).

Lyra (2003) também assevera que em 1855, uma epidemia de cólera dizimou cerca de 30 mil pessoas no estado, em sua maioria escravos, além de intensificar o problema da escassez de alimentos e afetar todo o funcionamento do comércio, em decorrência da grande redução de trabalhadores e, conseqüentemente, da produção. As condições climáticas predominantes refletidas pela grande seca que assolou a região também agravou esse quadro. Diante da redução da produção e da oferta, os preços subiram, de modo que o acesso à alimentação tornou-se restrito às classes sociais mais abastadas.

De acordo com o mesmo autor, no século XIX a população destinada ao trabalho agrícola na província baiana subdividia-se como livres ou escravos. Em virtude da extinção do tráfico, das evasões para regiões de produção cafeeira, epidemias, dentre outros fatores, a tendência nesse momento foi um crescimento potencial da categoria de trabalhadores livres e, conseqüentemente, da população rural. Destaca-se que à margem das fazendas existiam famílias vivendo em condições de miséria que passaram a ocupar terras férteis ou não e produziam para subsistência. Tratava-se de áreas de difícil acesso e transporte, de condições climáticas complexas (LYRA, 2003).

A partir de 1862 esse quadro é revertido com base na recuperação da lavoura algodoeira, auxiliada pelas melhorias climáticas e pela Guerra de Secessão, conflito no qual a exportação de algodão no Reino Unido ficou comprometida, incentivando outros países, principalmente o Brasil, como levantado por Almeida (2009), onde o momento foi considerado um surto de exportações. Contudo, essa fase de recuperação foi interrompida em 1864, no momento em que a Guerra do Paraguai envolveu as províncias brasileiras, principalmente a Bahia, que enviou mais de 17 mil homens para o conflito, o que voltou a desestabilizar o sistema econômico baiano (FÉLIX JR, 2011).

Em meio aos diversos contratempos ocorridos nesse período, acentuou-se, em 1873, a mais grave das crises: a crise da produção açucareira. Almeida sublinha que:

[...] dois fatores contribuíram para a decadência da cultura açucareira. O primeiro refere-se à evasão da mão de obra escrava como decorrência da atração exercida pela mineração do ouro a partir do século XVIII e o segundo está associado à elevação dos custos de produção (ALMEIDA, 1977 apud SPÍNOLA, 2004, p.84).

Spínola (2004) também ressalta a questão da competição internacional como mais um fator limitante ao sucesso do cultivo do açúcar, argumentando que, ainda que a localização da província baiana no Atlântico Sul e as suas condições naturais

favorecessem a produção agrícola, isso não era suficiente para enfrentar a concorrência internacional do produto em questão. Com a crise do açúcar baiano oriunda da conquista do mercado pelo açúcar antilhano, a elite entra em decadência, voltando-se para outras atividades econômicas.

Nesse contexto, o cultivo do açúcar transferiu a sua importância ao café e ao cacau. O sucesso da produção cafeeira se fez presente em maioria na região sul do país, visto que a região Nordeste, como um todo, não possuía condições climáticas regulares que permitissem o seu cultivo. Aos poucos, alguns municípios do Recôncavo deram início à atividade. Conforme afirmado por Almeida (2009), a produção foi pequena, mas colaborou para a mitigação dos percalços nas exportações baianas. Já a atividade cacauera obteve bastante destaque nesse período, dando início a uma nova fase para a economia baiana. Ainda de acordo com o mesmo autor, em 1893 o estado registrou uma exportação de cacau superior à 100.000 sacas, chegando a uma média de 500.000 sacas exportadas no início do século seguinte, sendo considerado o maior produtor mundial no período.

A lavoura do cacau possibilitou novas formas de desenvolvimento e crescimento do estado, permitindo a poupança e, conseqüente, o investimento a partir dos retornos da sua atividade. Entretanto, esse resultado não alterou as bases econômicas da Bahia, como se pode ver abaixo:

Em termos econômicos, sua exploração segue o mesmo padrão ditado pelo capitalismo mercantil que marcou o processo de espoliação da Bahia ao longo do século analisado. Em outras palavras, os excedentes gerados pela cultura do cacau nunca retornaram sob a forma de inversões na região cacauera ou em outras regiões da província (SPÍNOLA, 2009a, p. 56).

Observa-se a ocorrência de melhoramentos na infraestrutura e políticas econômicas no estado que marcaram o fim do século XIX, o que garantiu um superávit na sua balança comercial. Contudo, a situação de atraso vivenciada durante este “século de desacertos”, conforme denominou Almeida (2009), não foi plenamente compensada pelos resultados positivos, tendo em vista que o excedente acumulado não foi reinvestido em prol de melhoramentos e inovação.

2.2. A Economia Baiana no Século XX

Durante o século XX, a economia baiana foi visivelmente influenciada pelo que ocorria em âmbito internacional. Entre 1914 e 1918, o mundo assistia ao progresso tecnológico e ao crescimento econômico dos países ricos e a sua imposição sobre os países pobres. A disputa entre os países europeus por mais mercados, período conhecido como “Imperialismo”, contextualizou a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Nesse momento, o comércio exterior baiano foi vítima de uma queda substancial nos preços dos produtos para exportação, o que implicou sucessivos déficits na balança comercial do estado e, conseqüentemente, quando se leva em consideração as demais regiões, déficits também na balança comercial do país. Teve início, então, uma fase de estagnação econômica marcada por desemprego e inflação.

O sucesso da lavoura cacaueteira criou uma expectativa de recuperação. Entretanto, a Revolução de 1930 descontinuou esse processo, em decorrência da política cambial adotada, que era desfavorável ao estado da Bahia. De acordo com Mariani (2009, p.105), o monopólio cambial exercido pelo governo federal desta década representou uma privação dos recursos da Bahia, que se tornaram divisas baratas destinadas ao atendimento das necessidades administrativas do estado, cujas políticas econômicas sequer incluíam as necessidades da população em sua formulação. Em resumo, esse momento foi marcado pela submissão das oligarquias baianas ao Sudeste do Brasil. Spínola (2009a) afirma que a Bahia tornou-se um “satélite secundário” e dependente dos grupos econômicos paulistas. Deste modo,

Enquanto o capitalismo cresce no centro da economia de consumo, as regiões de organização agrária e política oligárquica passam a ter sua classe dominante dependente do apoio e favorecimento desse centro para manter-se no poder (MATTA, 2009 apud SPINOLA, 2009a, p.152).

A deterioração dos termos de troca entre a Bahia e os demais estados da federação, decorrente da relação entre os preços de exportação e importação, bem como os baixos níveis de poupança e investimento são fatores também levantados como motivadores da estagnação econômica da época [(MARIANI, 2009); (SPINOLA, 2009a)].

Partindo para 1950, a industrialização representa um marco. A década caracterizou-se pela emergência e desenvolvimento de um parque industrial de segmentos tradicionais, como por exemplo, alimentos, tecidos e fumo. Nota-se que a

atividade estava intimamente relacionada à base agrícola do estado. Nesse período, a Bahia experimentou um processo de planejamento que teve como resultado o PLANDEB - Plano de Desenvolvimento da Bahia – que objetivava a integração dos setores agrícola, industrial e comercial. De acordo com Spínola (2009b), o PLANDEB se constituiu em um projeto industrial que buscava equilibrar a produção de bens de capital e de consumo, ressaltando a prioridade da especialização das empresas produtoras de bens intermediários com base nos recursos naturais intensivos na região, como por exemplo, o petróleo.

O mesmo autor destaca que, neste momento, a indústria baiana contava com um baixo nível tecnológico e tinha a possibilidade de avanço limitada pela fragilidade do seu mercado, sublinhando que:

Essa indústria não resistiu ao esforço modernizador da economia brasileira, deflagrado com o Plano de Metas em 1956, e gradativamente perdeu espaço para os competidores do Sudeste, como foi o caso das fábricas de tecidos que compunham o parque têxtil, nas décadas de 1930/1950 (SPÍNOLA, 2004, p.94).

É em meio a tais constatações acerca das limitações relativas à atividade industrial baiana que emerge a discussão intitulada “de Enigma Baiano”. O texto *Notas sobre o Enigma Baiano* de Pinto de Aguiar (1958) levanta possíveis causas atreladas ao reduzido crescimento e condicionantes do atraso industrial do estado, dentre as quais estão: causas institucionais, crédito escasso, técnica atrasada, pouco espírito de iniciativa e pequeno poder aquisitivo do mercado local. O autor elenca uma série de fatores que coíbem a indústria baiana e os desdobramentos sociais e econômicos decorrentes das limitações a esse setor, ressaltando principalmente a posição subsidiária que o estado acaba por ocupar, frente às demais regiões do país. Segundo Sampaio (2007, p. 657),

Na primeira metade do século XX, houve uma diminuição de 2,8%, em 1920, para 1,3%, em 1940 na participação do frágil setor industrial baiano no total da produção nacional (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 88). Os jornais da época começaram a chamar este fenômeno de "enigma baiano", pois isto ocorria em um momento de prosperidade econômica e expressivo crescimento industrial no sul do país (AGUIAR, 1958). Na verdade, não havia enigma algum, apenas um declínio natural de uma atividade econômica que, até aquele momento, jamais havia sido significativa no cenário baiano. Portanto a economia baiana que sempre foi primário exportadora, assim permaneceu até meados do século XX, quando foram realizadas as primeiras iniciativas, de fato, para transformar a matriz desse modelo.

O descompasso existente quanto ao desenvolvimento da indústria baiana frente às indústrias do Sul e Sudeste do Brasil era evidente. Almeida (2009) ressalta como principais razões para o atraso da industrialização baiana o ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na república, as dificuldades de transporte e energia. Segundo esse autor, trata-se de problemas que não encontravam recursos na economia colonial do estado para serem solucionados. Ele ainda ressalta a falta de empreendedorismo por parte dos ricos comerciantes, como mostra o recorte que se segue:

O interesse deles nos empreendimentos de produção era secundário, quando não fosse nulo. Não tinham tirocínio industrial. O espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se em grande parte. E com isto, a natural perda da experiência industrial; enquanto a indústria evoluía noutras partes (ALMEIDA, 2009, p. 96).

O estudioso da economia baiana Fernando Pedrão partilha da mesma constatação, levantando mais razões para o atraso do estado:

O atraso da Bahia no processo de substituição de importações manifestar-se-ia na pouca diversificação de seu parque industrial e, mais tarde, explicaria as razões da elevada concentração dos programas industriais. Observa-se, por exemplo, que a participação do setor industrial no produto bruto do Estado passou de 10,5% em 1939, sucessivamente, a 6,8% em 1947, a 13% em 1957, voltando a 7,6% em 1967, justamente quando se supõe que a substituição de importações no Brasil já estava em declínio. Ao que tudo indica, esta pouca participação na substituição de importações estaria vinculada com as condições de desenvolvimento do sistema financeiro na região e com as transformações na própria estrutura da empresa, afetando as operações financeiras, bem como as industriais (PEDRÃO, 1996, p. 76-77).

Como se pode notar, um conjunto de fatores acabou por comprometer a situação de toda a região Nordeste e, mais especificamente, o estado da Bahia, quando estabelecida uma comparação com as demais regiões do país. Desde os primórdios da colonização, observou-se que cada região do país seguiu uma tendência de desenvolvimento em acordo com os seus recursos intensivos. A Bahia contou com a produção agrícola como vantagem, ora extremamente lucrativa e promissora, ora instável e desencadeando crises e recessões. O fator vantagem competitiva não foi determinante para o desenvolvimento do estado, tendo em vista o destaque de outras

atividades em outras regiões e o maior retorno, bem como a diversificação, que era limitada no estado.

Como foi ressaltado, a falta da visão de empreendedor não colaborava, de modo que a Bahia “acomodou-se” a um perfil subsidiário naquele momento. Os baixos rendimentos, as condições precárias de trabalho comprometeram os níveis de poupança, tendo em vista que a sobrevivência acabara por consumir o que poderia ser poupado. Esse fato implicou a contenção da gama de investimentos e, em consequência, o desenvolvimento do estado não se igualou, nem de longe ao que ocorreu no Sul e Sudeste do país. A falta de impulso cooperou para que a indústria pouco diversificada não decolasse.

A partir da década de 1960, a Bahia vivenciou uma fase positiva para a indústria, em virtude dos impactos gerados por investimentos representativos para a região Nordeste e para o estado, como por exemplo, a Refinaria Landulpho Alves, a Usina de Paulo Afonso, além de mecanismos de planejamento e financiamento, dentre os quais se destacam a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959 e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952. O ingresso de recursos federais via BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atual BNDES), investimentos em melhores condições de moradia e infraestrutura, além da geração de empregos e agitação do mercado interno, colaboraram para a recuperação da economia baiana. Os efeitos de uma política regional nesse período de “milagre econômico” foram evidenciados pelo crescimento médio alcançado de 3% ao ano na região Nordeste (MENDES; MONTEIRO NETO, 2011).

Na década de 1970, a Bahia beneficiou-se de projetos para o setor industrial focados na produção de bens intermediários que viriam a complementar a indústria do Sudeste. Esse processo teve início com a Refinaria de Mataripe, com a implantação do Centro Industrial de Aratu, além do Complexo Petroquímico de Camaçari.

Todo esse conjunto de empreendimentos foi concentrado na RMS — Região Metropolitana de Salvador que responde por 70% da produção industrial do Estado. A consolidação da industrialização na Bahia fez com que ocorressem profundas transformações na estrutura econômica do Estado, com uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor secundário no PIB estadual, principalmente dos segmentos químico e petroquímico e extrativo mineral [...]. O desenvolvimento desses setores fez com que a Bahia se transformasse em uma das principais fornecedoras

nacionais de matérias-primas e bens intermediários.
(ALCOFORADO, 2003, p. 336)

Reconhecida como “década perdida”³, os anos 80 foram marcados pela crise fiscal e pelo atraso do desenvolvimento econômico na América Latina como um todo. Instaurou-se, nesse período, uma fase de desaceleração no ritmo de crescimento da economia brasileira, evidenciado por oscilações no PIB do país. Esse quadro justifica-se pelo fato de as novas exigências da economia mundial, acometida pelas inovações tecnológicas, representarem um obstáculo à economia local, que mostrou grande dificuldade de adaptação. Como dito por Pessoti e Pessoti (2010), a reorganização produtiva mostrava-se superior à própria reposição de capital baiano e o atraso proporcionado por esse desencadeou problemas de âmbito social, elevação da dívida pública e incapacidade de competir com os mercados internacionais que possuíam o setor industrial como vantagem competitiva.

Chegando à década de 1990, o governo do estado se viu na necessidade de elaborar novas diretrizes para o desenvolvimento baiano. Enquadra-se como uma possibilidade a indústria automobilística. O governo baiano permitiu vantagens fiscais que facilitaram significativamente a implantação de novos empreendimentos no setor secundário.

Segundo Pessoti (2008), o governo baiano utilizou de recursos como a concessão de incentivos fiscais e financeiros, bem como do terreno sede, para atrair a Ford para a Bahia. Essa foi uma estratégia para trazer para a região baiana fornecedores, autopeças, além de outros investimentos como confecções e mão de obra. O turismo também foi uma atividade relevante nesse período, sendo um vetor de consumo e produção de bens finais. De acordo com Alcoforado (2003), foi em 1990 que a indústria de papel e papelão apresentou crescimento significativo no sul da Bahia, com a entrada em operação da Bahia Sul Celulose e a implantação da Vera Cruz Celulose.

Para Pedrão (2000), esse momento foi marcado pelo avanço da tecnologia e das comunicações, o que implicou diretamente no aumento do desemprego, principalmente nos setores bancário e de construção civil. Todo esse desenvolvimento acarretou efeitos tanto para o ambiente rural como urbano.

³ De acordo com Lacerda, Araújo e Campos (2013, p. 4), “a partir de 1980, década marcada pela crise fiscal, instaurou-se uma fase de desaceleração no ritmo de crescimento da economia brasileira, marcada por oscilações no PIB do país. Essa desaceleração teve como razão, dentre outras, o fato de as novas exigências da economia mundial, acometida pelas inovações tecnológicas, representarem um obstáculo à economia local, que mostrou grande dificuldade de adaptação”. Em função do baixo desempenho econômico verificado nesse período, essa década ficou conhecida como a década perdida.

2.3 O Panorama Econômico Atual

O mandato de Fernando Henrique Cardoso teve como base o ideal neoliberal pregado pelo Consenso de Washington, que se focava no Estado mínimo. Nesse contexto, o governo federal buscou não se envolver diretamente na dinâmica econômica, de modo que o sistema guiou-se a partir das próprias oscilações do mercado. Esse período foi marcado pelo rompimento com o ideal desenvolvimentista, tendo em vista a atitude do governo ao deixar de promover políticas regionais. Esse momento foi determinante para que as desigualdades entre as regiões brasileiras, principalmente em relação ao Nordeste, se tornassem ainda mais acentuadas, uma vez que a região necessitava visivelmente da atuação do governo federal em sua economia. Foi nesse período também que, como dito por Pessoti e Sampaio (2009b), a formação de blocos regionais dentro do país se intensificou ainda mais, de modo a sobrepor as regiões Sul e Sudeste em relação às outras, por conta do seu avanço e facilidade em atrair investimentos. Conforme apontado por esses autores em outro texto,

Regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, que ainda necessitavam do auxílio da União na tentativa de transformar a sua realidade, ficavam extremamente prejudicadas com esse novo paradigma do governo federal. Este cenário tornava a região mais suscetível a sofrer um processo de involução industrial, em virtude de sua capacidade de atrair capital ser bastante inferior ao eixo motor da economia brasileira localizado no Sul-Sudeste. (PESSOTI; SAMPAIO, 2009a, p. 57).

Diante dessa situação, no início do século XXI, a marca do governo baiano foram as políticas de incentivo à atividade industrial que resultaram em um melhoramento da estrutura produtiva do estado, mas que, ainda assim, não eliminaram, em sua totalidade, os efeitos da concentração econômica regional característica do cenário brasileiro, sobre a economia baiana.

Surgiu nesse momento o programa DESENVOLVE, cujo objetivo calcava-se na diversificação da atividade industrial baiana, bem como fortalecimento das indústrias do setor primário, na geração de emprego e renda e integração do estado às demais regiões do país, economicamente, como destacado pelos últimos autores mencionados. O método utilizado, segundo Pessoti e Sampaio (2009a), foi a isenção fiscal, que atraiu diversos investimentos para a Bahia, enquadrados nos mais diversos segmentos da indústria. Além disso, o programa reativou indústrias do estado, promoveu

modernização, difundiu tecnologia e oportunidades de emprego, como também acirrou a concorrência. De um modo geral, os resultados entre 2000 e 2006 foram bastante satisfatórios, principalmente no que diz respeito à expansão do parque industrial. Contudo, observou-se uma determinada concentração desses avanços na Região Metropolitana de Salvador, comprometendo o desenvolvimento das demais microrregiões baianas.

A preocupação em diversificar a estrutura produtiva do estado da Bahia podia ser constatada nos esforços claros de promover os investimentos em diversos segmentos da indústria. A concentração, no entanto, da maior parte do volume dessas inversões na RMS contribuiu para intensificar o processo de centralização econômica que já era bastante expressivo. (PESSOTI; SAMPAIO, 2009b, p. 39)

Diante desse contexto, o governo do estado traçou estratégias que possibilitassem o alcance por parte da nova estrutura de produção ao interior do estado, o que desencadeou um avanço importante principalmente no que concerne à geração de empregos. Entretanto, as deficiências econômicas intrínsecas ao estado não permitiram que o desenvolvimento ocorresse em sua plenitude.

Em termos de variação do Produto Interno Bruto (PIB), houve crescimento se nesse período (2000-2010), conforme constatado por Pessoti e Silva (2011). A atividade agropecuária se destacou, principalmente pelos avanços do setor no oeste do estado. A política de isenção fiscal foi determinante para esse crescimento, assim como o controle dos juros. A presença da Ford no estado desencadeou a atração de investimentos internacionais na indústria automobilística e em geral, trazendo novas indústrias para a Bahia e intensificando as que já estavam consolidadas, assim como gerou empregos diretos.

Tabela 1 - Taxa média de crescimento do PIB por grandes setores de atividade. BAHIA, 1975 - 2010.

PERÍODO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	MÉDIA
1975 -1986	2,4	8,9	6,4	6,1
1986-1992	-0,9	-1,2	2	0,1
1992- 2000	2,3	2,1	2,9	2,6
2000-2010	2,8	4,1	4,1	3,7

Fonte: Adaptada de Pessoti e Silva (2011, p. 17).

Pessoti e Silva (2011) afirmam que, apesar do desempenho satisfatório, não ocorreu a diversificação da matriz industrial baiana durante esse período, o que se pode observar a partir dos dados. Apesar de ter colaborado para a dinâmica econômica interna do estado, o avanço ocorrido nesse período não alcançou os mesmos resultados de períodos anteriores, como entre os anos de 1975-1986. Conforme apresentado na tabela 1, o crescimento médio do PIB nesses anos foi de 6,1%, quando a economia baiana atingiu o seu ponto alto, a partir da experiência com o Polo Petroquímico de Camaçari.

Como ressaltado por Pessoti e Sampaio (2009a), existe uma distribuição espacial da estrutura produtiva do estado que privilegia locais estratégicos, por conta de fatores ambientais e melhor acessibilidade. Mesmo com todo o investimento e isenções fiscais, a estrutura manteve-se, permanecendo também, conforme dito pelos autores, a pouca diversificação econômica e excessiva centralização territorial de riquezas.

A região metropolitana de Salvador centraliza até os dias atuais a maior parte dos investimentos realizados e, conseqüentemente, das riquezas produzidas. Algumas tentativas foram feitas como forma de contornar essa realidade por meio de políticas de interiorização dos parques industriais. Pessoti e Sampaio (2009a) levantam exemplos como: polo de informática, presente no sul da Bahia, mais especificamente nas cidades de Ilhéus e Itabuna; indústrias de celulose, no extremo sul do estado, incluindo as cidades Eunápolis e Itamaraju; além da agroindústria no oeste da Bahia e o turismo intenso nas cidades litorâneas. Entretanto,

Essa espacialização produtiva, excessivamente desconcentrada, em um ambiente de infraestrutura precária, recursos públicos limitados e fraco mercado interno, não produziram ganhos de escala significativos, restringiu a geração de externalidades e, conseqüentemente, dificultou a integração regional. Desse modo, contribuiu muito pouco para reduzir as desigualdades regionais. (SAMPAIO, 2007, p. 661).

A expansão dos setores preexistentes e a ampliação industrial ocorrida na economia baiana cooperaram para a diversificação dos produtos que eram exportados, bem como para o consumo interno, dinamizando substancialmente a economia, como pode ser comprovado por Lacerda, Pessoti e Jesus (2014, p.7-8):

Como resultado desse novo contexto, os fluxos mercantis entre a Bahia e seus parceiros comerciais externos apresentaram desempenho bastante favorável no período entre 1990 e 2012, com crescimento de

757%, conforme os dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/SECEX, 2013). Ou seja, de uma corrente de comércio de US\$ 2,2 bilhões em 1990, o volume subiu para US\$ 19 bilhões em 2012. As exportações experimentaram uma expansão de 675%, passando de US\$ 1,45 bilhão em 1990 para US\$ 11,3 bilhões no ano de 2012. As importações também cresceram fortemente com a amplificação das relações comerciais internacionais da Bahia, atingindo um incremento de 913% no período 1990-2012. No ano de 1990, a economia baiana importou US\$ 766 milhões, e em 2012 este volume alcançou US\$ 7,8 bilhões (MDIC/SECEX, 2013).

É possível afirmar, superficialmente, que o século XXI vivenciou avanços consideráveis, apoiados pela diversificação da indústria no estado, decorrente de ações mais incisivas no que diz respeito a investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de novas atividades no interior do estado.

2.4 A evolução das condições sociais no estado da Bahia

Muito se foi levantado anteriormente a respeito das condições econômicas baianas, sobre as atividades desenvolvidas e as externalidades geradas por cada uma. A Bahia apresentou ciclos de prosperidade, ciclos de decadência e hoje ocupa uma posição importante na economia do Nordeste. Alternativamente, uma diversidade de problemas se sobressai de maneira representativa quando a realidade é analisada de modo abrangente e objetivo.

Nota-se no estado um problema estrutural. A base na qual foi erguida a economia baiana contou com ferramentas que, naquele momento, apresentaram-se convenientes e positivas, mas que, no decorrer dos anos, revelaram um prejuízo social significativo. Não é necessário um olhar tão apurado para reconhecer que, apesar de todos os avanços e melhorias, parte substancial da população baiana vive em condições de pobreza e todo esse quadro, como se pôde observar na sessão anterior, está enraizado na maneira como a economia foi conduzida durante todos esses séculos. Como dito por Pedrão,

A questão social da pobreza é parte inseparável da formação social, não podendo, portanto, ser colocada em separado da formação de classes e da formação etno-cultural. Desigualdades de renda correspondem a diferenças étnicas e a preconceitos herdados da península ibérica. Por isso, além de outras razões, [...] a questão social da pobreza na Bahia está entre as mais complexas do Brasil e das que

se reproduzem de modo complexo e imprevisível (PEDRÃO, 2003, p.238).

Pedrão (2003) destaca dois fatores históricos vinculados à pobreza baiana, a escravidão e a renitência do semiárido nordestino, destacando a pobreza como parte da evolução histórica da Bahia. Para este autor,

[...] há uma pobreza ancestral, dos escravos, dos índios e dos demais dominados, e uma pobreza causada pelo modo como se produziu e como se produz a riqueza e como se selecionam as pessoas que participam da produção e do consumo (PEDRÃO, 2003, p.238)

Lacerda (2011) afirma que a estrutura agrária e a formação do mercado de trabalho destacam-se como elementos fundamentais para a compreensão histórica da pobreza e das desigualdades sociais do país e, tomando as ideias de Pedrão como base, completa:

A pobreza na Bahia está ligada historicamente à desorganização da produção mercantil escravista, à fragilidade da industrialização e à sua interação incerta com a agricultura. Ela é fruto de diferentes processos convergentes que a transformam em um quadro complexo persistente e, mais ainda, agravante (LACERDA, 2011, p.174).

Um amplo conjunto de fatores justifica a pobreza baiana abarcando limitações relacionadas às questões climáticas, territoriais, sociais, trabalhistas e políticas. Conquanto a renda dos brasileiros tenha sido elevada de um modo geral, a Bahia reúne um contingente significativo de pobres, que representavam 18,10% da população em 2012 (LACERDA et al., 2014).

As condições climáticas do estado baiano se mostraram como um fator condicionante desde os primórdios da sua colonização, de modo a se limitar ao cultivo e desenvolvimento de atividades que se adequassem às suas condições. Além disso, a principal atividade econômica da região baiana - a agropecuária - era visivelmente afetada pelas oscilações climáticas da região, comprometendo a constância das atividades e também dos retornos financeiros.

O fator territorial apresentou-se também como um condicionante, não apenas na Bahia, mas em todo o nordeste. Como ressaltado por Araújo, Campos e Lacerda:

É possível observar um confronto entre grandes propriedades, algumas produtivas e, do lado oposto, os minifúndios, maioria deles considerados estabelecimentos pobres e detentores de poucos recursos naturais, bem como de equipamentos escassos. Estes últimos apresentam, em geral, baixa produtividade [...]. (ARAÚJO; CAMPOS; LACERDA, 2013, p. 6).

As questões sociais e trabalhistas encontram-se intimamente relacionadas, em se tratando da pobreza baiana. Antes mesmo de a escravidão ser iniciada no estado, os colonizadores sempre adotaram uma postura superior, enquanto aos colonos era impelida uma posição submissa. O comportamento dos senhores de engenho e demais “autoridades” era de excessiva impessoalidade, tendo em vista que os escravos não passavam de “braços” para desempenhar as atividades.

Como já foi mencionado, além da cana-de-açúcar, o grande negócio da economia brasileira e principalmente baiana no período colonial foi o tráfico de escravos, tendo em vista o custo-benefício oriundo da sua comercialização. Enxergando o escravo como um mero servo, os senhores não se preocupavam com as condições de moradia e saúde dos mesmos, de modo a viverem expostos a riscos e serem simplesmente descartados quando não havia mais serventia. Esses fatores, unidos a má gestão e foco apenas no retorno lucrativo por parte dos senhores e, ora, da própria metrópole, comprometeram o funcionamento de toda uma população. Zemella (1950, p.491) ressalta que:

A economia açucareira produziu uma estruturação social própria. A pirâmide social no Nordeste dos engenhos é constituída por uma grande massa de população escrava ou proletária, formada por negros, mestiços e brancos pobres no ápice de uma pequena maioria de brancos. Não há lugar para a classe média nessa sociedade escravocrata. Entre os senhores de engenho todo-poderosos e a massa escrava, os que são livres, mas não possuem fortunas, são anulados, esmagados, desaparecem, assimilados e absorvidos pela classe inferior.

O dia a dia na cidade foi evidenciando o privilégio de determinadas classes sociais, frente às condições de precariedade em que a grande maioria estava sujeita, por conta de cor, família, religião ou sexualidade, motivando a emergência de conflitos sociais. A sociedade baiana atravessou crises de alimentos, causadas pela concentração dos investimentos na exportação, deixando em segundo plano a economia interna e, conseqüentemente, a própria sobrevivência; crises sanitárias decorrentes da péssima

gestão do espaço urbano; as condições de moradia obrigavam os baianos a viverem na sujeira, exposta a riscos e epidemias. Conforme dito por Spínola (2009a, p.45),

A cidade [Salvador] não possuía saneamento: suas condições sanitárias e higiênicas extremamente precárias. Ademais, o grosso da população, constituída por negros libertos, mulatos e brancos pobres, sofria permanentemente com a escassez e com os altos preços dos alimentos, a precariedade das habitações e a promiscuidade. Isso tudo constituía um quadro de saúde pública caótico e receptivo a endemias.

O histórico político da Bahia sempre foi bastante complexo (PINHEIRO, 1999). Desde o período das capitânicas hereditárias, o poder das elites e oligarquias agrárias mostrou-se nocivo ao desenvolvimento econômico baiano.

A ausência de um desenvolvimento econômico na Bahia que modificasse as coisas fez com que essa situação se prolongasse no tempo. E isto define o poder político na Bahia como algo que passa pelo indivíduo e não por sua classe, e não por um projeto político maior, mais abrangente. Neste caso a relação do Estado é com indivíduos e não com uma classe social que ele representa. (PINHEIRO, 1999, p.76).

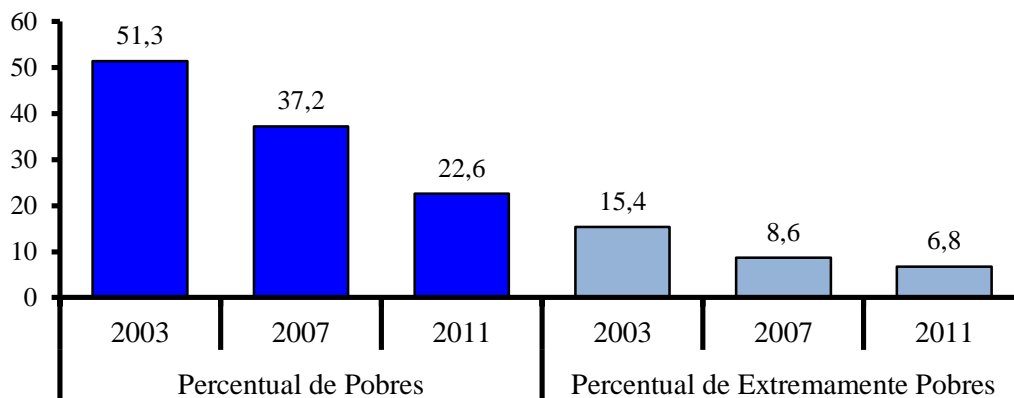
Com base nesses argumentos apresentados é que se pode afirmar que a situação social na Bahia está relacionada com um conjunto de fatores (climáticos, territoriais, sociais, trabalhistas e políticos) que se autorrelacionam e contribuem para manutenção de uma situação de insatisfação de necessidades básicas.

A partir da década de 1990, é possível visualizar avanços significativos, no que diz respeito à redução do número de pobres por renda, como dito por Lacerda e Neder (2010). Segundo esses autores, fatores como o expressivo aumento real do salário mínimo, a ampliação dos programas de transferência de renda, bem como a expansão do número de beneficiados do sistema de aposentadorias rurais e o aumento da geração de novos postos de trabalho foram determinantes para a elevação dos rendimentos no período.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2003, 2007 e 2011, apresentados no gráfico 1, comprovam uma diminuição no percentual de pobres e de extremamente pobres na Bahia, definidos com base nas linhas de pobreza e indigência calculadas por Rocha (2013). É possível perceber que a pobreza por renda caiu mais da metade no período analisado. Ainda assim, em torno de 3

milhões de pessoas (22% da população) possuíam uma renda monetária inferior à R\$ 262,07 na região metropolitana, R\$ 176,96 nas demais áreas urbanas e R\$ 106,74 na zona rural.

Gráfico 1 – Percentual de pobres e extremamente pobres. Bahia – 2003, 2007 e 2011.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD (2003; 2007; 2011).

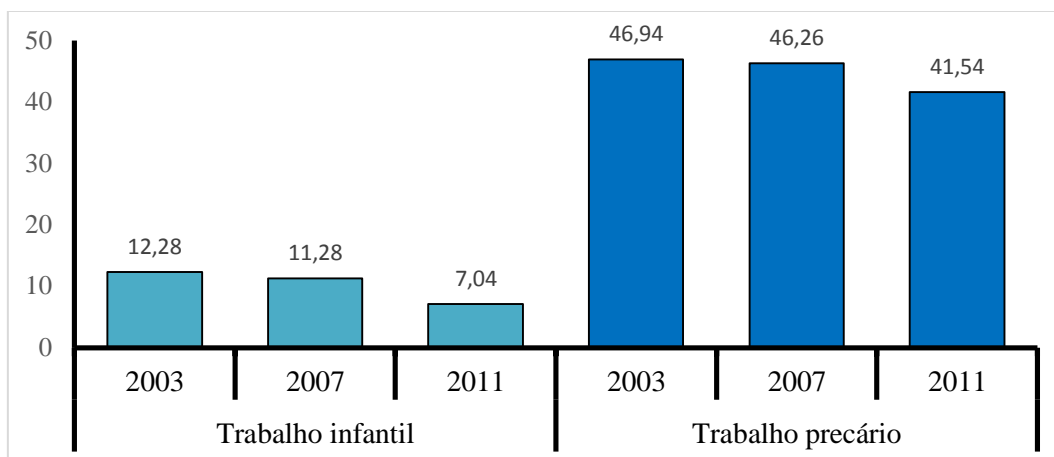
A melhoria nos indicadores sociais não se restringiu ao aumento da renda. Educação, condições de trabalho e saneamento – consideradas como necessidades básicas – são dimensões que também apresentaram progressos quanto ao seu atendimento.

De acordo com as informações do gráfico 2, é possível observar que entre 2003 e 2011 os índices de trabalho precário se mantiveram estáveis, comprovando que as condições de trabalho não apresentaram melhorias substanciais e que o trabalho informal é considerável na região baiana, o que pode ser compreensivelmente justificado, como já foi visto ao longo do capítulo, pelas condições de trabalho escravo e irregular predominante na história do estado. Por trabalho precário entende-se a condição em que o trabalhador não é segurado pela previdência social, não estando protegido pelos riscos sociais.

Com relação ao trabalho infantil, ainda analisando o gráfico 2, o percentual de domicílios com crianças que exerciam atividades laborativas também apresentou diminuição, provavelmente em função das políticas de erradicação do trabalho infantil

que transferem renda para as famílias condicionadas ao não exercício do trabalho por parte das crianças.

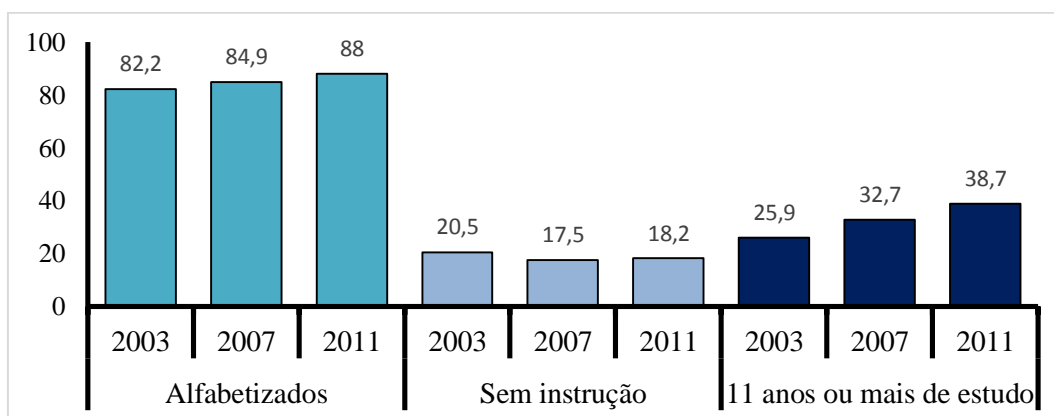
Gráfico 2 – Proporção de trabalho precário e de trabalho infantil. Bahia – 2003, 2007 e 2011.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD (2003; 2007; 2011).

Considerando o analfabetismo como a ausência de capacidade para ler e escrever, os resultados apresentados no gráfico 3 revelam um comportamento ascendente e de caráter positivo para o estado baiano. Segundo Lacerda, Araújo e Campos (2014, p. 6), “[...] a Bahia se sobressai como o estado que possui a maior proporção de domicílios constituídos exclusivamente por alfabetizados do Nordeste”. Ainda assim, não se pode afirmar que o analfabetismo é um problema resolvido no estado, uma vez que mais de 10% da população era considerada analfabeta em 2011.

Gráfico 3 – Percentual de alfabetizados, população sem instrução e população com 11 anos ou mais de estudo. Bahia – 2003, 2007 e 2011.



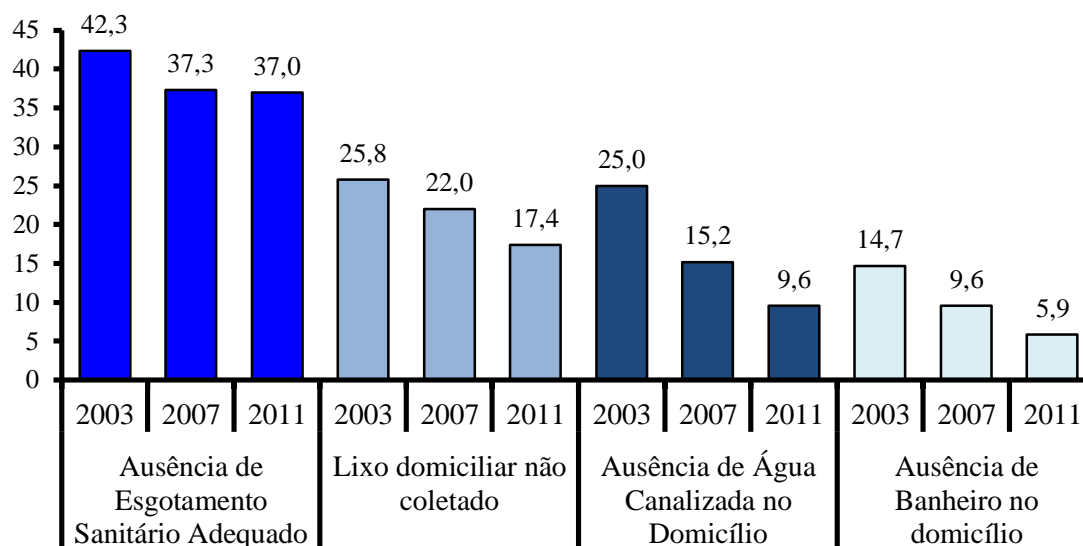
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD (2003; 2007; 2011).

Os desafios relativos ao grau de escolaridade da população são ainda maiores quando se considera o percentual da população sem instrução. No primeiro caso, a queda foi muito menos acentuada do que nos demais indicadores de educação apresentados no gráfico 3. Por outro lado, o crescimento no percentual da população com maior escolaridade demonstra que um número maior de pessoas está conseguindo concluir o ensino médio.

Quanto às condições de saneamento básico, o acesso à água canalizada e ao uso de banheiro privativo ao domicílio cresceu consideravelmente no anos analisados no gráfico 4. Tal resultado se deve, em parte, às ações de algumas instituições, incluindo o próprio governo, que objetivam a instalação de cisternas de captação de água e a construção de sanitários, principalmente no meio rural.

No que se refere ao esgotamento sanitário adequado, o atendimento é insatisfatório para parcela considerável da população (37% em 2011). A ausência de coleta do lixo domiciliar ainda era uma realidade para cerca de 17% da população baiana no ano de 2011.

Gráfico 4 – Condições de Saneamento Básico. Bahia – 2003, 2007 e 2011.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD (2003; 2007; 2011).

Os dados acima expostos demonstram que o atendimento das necessidades básicas não pode ser considerado satisfatório para a população baiana. Por outro lado, não se pode negar os avanços obtidos nos anos recentes. Infelizmente, os dados da PNAD não permitem a desagregação no nível municipal, o que permitiria analisar quais

são os espaços dentro do território baiano nos quais as privações seriam mais intensas. Para tentar investigar isso, o próximo capítulo analisa a oferta de serviços básicos de educação e saúde nos municípios baianos, relacionando-a com o atendimento adequado de necessidades básicas.

3 INFRAESTRUTURA SOCIAL DO MUNICÍPIOS BAIANOS

Como destacado no início do estudo, mais especificamente no primeiro capítulo, a devida satisfação das necessidades básicas é essencial para que ocorram desenvolvimento, crescimento e geração de renda, simultaneamente. Por meio desta ótica, o crescimento representaria um resultado da geração de renda e, em paralelo, do atendimento das necessidades, permitindo que a sociedade mantenha um padrão econômico plausível e desfrute de uma vida digna. Por outro lado, o não atendimento das necessidades de maneira adequada viria a comprometer, em âmbito social, a vida da população, bem como a sua economia, tendo em vista o fato de as capacidades humanas tornarem-se limitadas.

Ao longo do segundo capítulo, foi possível acompanhar brevemente o histórico da economia baiana, seus períodos de instabilidade e atraso, seguidos de estabilidades e avanços. Além disso, foi enfatizada a posição do estado da Bahia quando comparado às economias do sul e sudeste do país. Desde o início de sua ocupação, as lideranças do estado evidenciaram, por meio das suas ações, o papel secundário ocupado pelo atendimento das necessidades básicas e condições sociais, fato que intensificou a nítida desigualdade dentro do estado e concentração econômica.

O desenrolar das informações constantes nos capítulos anteriores evidenciam uma estreita relação entre o atendimento inadequado das necessidades básicas e os níveis de pobreza e intensidade de determinadas carências presentes no estado baiano, que acabam por limitar o seu desempenho social e econômico. Levando a cabo a interpretação multidimensional da pobreza, embasada na abordagem das necessidades básicas, a justificativa plausível para o atraso na economia do estado da Bahia apoia-se na ideia da prioridade dada aos aspectos monetários, não combinada à satisfação das carências como saneamento, moradia, educação e trabalho.

Reconhecendo essa inter-relação e visando colaborar com o acervo referente às informações sobre a economia baiana e o desenvolvimento de sua população, sob a ótica multidimensional, o seguinte capítulo foca-se na apresentação quantitativa do Indicador Municipal de Infraestrutura Social (IMIS) no estado da Bahia, analisado a partir do efetivo atendimento das necessidades básicas relacionadas à saúde e educação. Composto as considerações prévias para a compreensão do cálculo do indicador, a primeira sessão apresenta observações acerca do campo de pesquisa, ou seja, os

municípios do estado da Bahia, suas condições econômicas e como estão organizados no estado, de modo geral. Logo em seguida, na sessão 3.2, é apresentado o a metodologia de cálculo do Indicador Municipal de Infraestrutura Social (IMIS), que revelará os níveis de carência para cada uma das variáveis analisadas por município, indicando os níveis de atendimento às necessidades básicas. Na sessão 3.3 são apresentados os resultados e a análise.

3.1 As Particularidades Econômicas do Território Baiano

Quando comparada ao contexto vivenciado pelos estados das regiões sul e sudeste do Brasil, a economia do estado da Bahia é avistada, de imediato, como historicamente atrasada. Observa-se que ocorreu uma concentração econômica no Brasil que posicionou a Bahia de maneira subsidiária em termos sociais e econômicos. Em verdade, existem diversos fatores que justificam o não acompanhamento dos avanços ocorridos, por parte do estado baiano, que enquadram quesitos naturais, culturais e políticos. Dito isto, o ponto chave a ser tratado é a questão da concentração econômica e desigualdade vivenciadas, em âmbito estadual, dentro da própria Bahia, na medida em que as economias municipais se desenvolveram de maneira intensamente heterogênea, justificando-se pela existência de uma centralização econômica de investimentos e atividades em determinadas subdivisões do estado.

De acordo com Carvalho Junior, Silva e Pessoti (2011), o modelo de desenvolvimento baiano foi o responsável pela construção de uma sociedade acometida por uma acentuada concentração espacial, socioeconômica e setorial da riqueza e do produto, como também pelos contrastes marcantes no estado. O histórico da economia baiana, de acordo com Bahia (2001), é explicado pelo modelo de desenvolvimento adotado, em esfera nacional: “ao longo dos anos 60 e 70, o Estado Nacional Desenvolvimentista Brasileiro estabeleceu as bases de uma economia excessivamente autárquica e centralizadora que possibilitou montar o arcabouço atual da economia baiana” (BAHIA, 2001, p. 14).

As economias dentro do estado da Bahia apoiaram-se em atividades intensivas na utilização de recursos intrínsecos a cada subdivisão municipal, ou seja, suas vantagens competitivas. Naturais, históricas, culturais ou geográficas, as particularidades relativas aos municípios guiaram suas respectivas economias e também

a vida da população. A heterogeneidade nata da distribuição desses recursos e o errôneo incentivo característico do território baiano justificam a intensa desigualdade socioeconômica presente no estado. Sampaio (2007) embasa essa constatação, afirmando que:

Alguns fatores contribuem para a configuração deste cenário, a exemplo da abundância de matérias-primas, localização privilegiada no acesso a mercados dinâmicos, políticas de incentivos governamentais, infraestrutura adequada, características geográficas e ambientais favoráveis, entre outros. A combinação de alguns desses fatores, ou de todos eles, serviu, ao longo da história da humanidade, de força impulsionadora do desenvolvimento em diferentes regiões. (SAMPAIO, 2007, p.655).

Levando em conta a diversidade dos municípios baianos, Carvalho Junior; Silva e Pessoti (2011) afirmam que, tomando por base a dinâmica socioeconômica e as relações espaciais, o estado da Bahia está subdividido em três grandes áreas: o litoral, o oeste e o “miolo”, como é considerado o semiárido. De forma semelhante, Bahia (2001) decompõe o estado baiano em três territórios distintos, considerando os fluxos econômicos existentes: o espaço da indústria e dos serviços; o espaço da agricultura e agroindústria moderna; e o espaço da agricultura tradicional e de subsistência. Diante das repartições supracitadas, torna-se cabível destacar brevemente aspectos das subdivisões baianas, partindo da interseção dos critérios utilizados pelos autores agora mencionados.

Quanto ao litoral da Bahia, mais especificamente a região metropolitana de Salvador, Prado Jr (1986 apud SAMPAIO, 2007) sublinha que a concentração econômica ocorreu ao longo desse recorte geográfico, em virtude da facilidade de acesso a essas regiões via navegação marítima ou fluvial, tendo em vista a precariedade das vias terrestres. Sobre isso, Sampaio acrescenta:

Durante muito tempo, apenas localidades interioranas próximas às zonas litorâneas e que serviam de entreposto comercial para o fluxo de mercadorias entre a costa brasileira e seu interior experimentaram certo grau de desenvolvimento (SAMPAIO, 2007, p.656).

A industrialização, instalada predominantemente no litoral baiano, cooperou para o seu destaque, “adensando a Região Metropolitana de Salvador (RMS)” (BAHIA, 2001, p.13), o que, atualmente, continua trazendo reflexos positivos para a economia desta região. Aproximadamente 80% das unidades industriais baianas encontram-se na RMS, sendo que “quase a totalidade das unidades produtivas dos setores químico,

metalurgia, plásticos e material elétrico (que juntas representam 75% do faturamento da indústria de transformação do estado) está localizada na Macrorregião de Salvador.” (BAHIA, 2001, p. 47-48). Trata-se, de fato, de uma porcentagem significativa que revela a concentração dos investimentos e consequente desenvolvimento na Região Metropolitana de Salvador. Vale reconhecer que, além de contar com um plano de fundo relativamente favorável, a região em si recebeu um intenso incentivo frente aos demais municípios, o que pode ser percebido a partir dos efeitos reversos que acometeram os últimos. Identifica-se então, no litoral baiano, predominantemente, o espaço da indústria e dos serviços.

Em se tratando da região oeste da Bahia, o agronegócio é tido como o elemento dinamizador. De acordo com Ilario (2013, p. 117),

Atualmente, o Oeste Baiano ocupa uma posição de destaque no cenário nacional como um dos principais expoentes do agronegócio globalizado, além de apresentar um elevado crescimento demográfico e econômico. Esse dinamismo, diretamente associado à agricultura moderna e especializada, pode ser comprovado pelos dados da produção de *commodities* agrícolas, particularmente nas culturas de soja, milho e algodão herbáceo.

Como se pode observar, o desempenho da atividade agrícola na parte oeste da Bahia justifica-se pelo constante investimento em tecnologia de ponta que é empregada nos métodos utilizados, a exemplo da mecanização da produção de grãos e dos sistemas de irrigação desenvolvidos na região, bem como a gama significativa da produção voltada para as exportações, de modo que: “Essa porção do território brasileiro ganha importância significativa, uma vez que a produção de *commodities* agrícolas tem grande peso nas exportações brasileiras, gerando grandes quantidades de divisas” (ILARIO, 2013, p. 118).

Além do pujante agronegócio, o oeste da Bahia conta com um avançado centro comercial e uma estrutura rodoviária de longo alcance que facilita, em peso, a circulação de mercadorias. Ilario (2013) ainda destaca que é nesta região em que estão localizadas as principais sedes de grandes empreendimentos agrícolas, tanto no setor de maquinário como demais incrementos.

Em resumo, a respeito do litoral e oeste baiano, Carvalho Júnior, Silva e Pessoti propõem que:

Os polos dinâmicos da economia baiana estão concentrados nas bordas do território, (litoral, oeste e limites estaduais) [...]. Dentre os mais relevantes, destacam-se: os municípios da Região Metropolitana Salvador (RMS) articulados com Feira de Santana e com os municípios de Alagoinhas, Catu e Pojuca, como centro industrial e econômico do estado, formando a chamada RMS ampliada; o extremo sul, com o turismo em Porto Seguro e adjacências e com os municípios de Eunápolis, Belmonte e Mucuri, cuja atividade relevante é a produção de papel e celulose; o cerrado baiano, onde o cultivo de grãos nos molde do agronegócio globalizado determina o vetor de crescimento dessa região; a cidade de Juazeiro, importante centro logístico, que agrega valor ao PIB estadual com atividades de fruticultura; Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié, como polos de serviços; e Ilhéus e Itabuna, como polos do cacau. (CARVALHO JUNIOR; SILVA; PESSOTI, 2011, p.218).

Em meio às desigualdades da economia baiana, acentua-se uma evidente discrepância no setor primário. Enquanto o oeste da Bahia caracteriza-se por produtores potenciais, que utilizam de técnicas avançadas, em grandes latifúndios, existe uma região do estado na qual predomina a agricultura tradicional, voltada para a subsistência. Trata-se do semiárido baiano, a parte central do estado da Bahia, mencionado anteriormente como “miolo”. A respeito desse espaço, Carvalho Júnior, Silva e Pessoti (2011) que asseveram que:

O “miolo” ou o semiárido, que representa 2/3 do território baiano e onde mora 43% da população do estado, é pobre economicamente — sua base econômica é uma agricultura familiar não capitalizada — e as condições climáticas são adversas para a prática agrícola, necessitando de investimento em capital e externalidades para o seu desenvolvimento. Encontram-se nessa região ilhas de desenvolvimento ou de modernidade e locais com vantagens competitivas naturais — extração de minerais como urânio e minério de ferro; turismo na Chapada Diamantina e algumas áreas com uma agricultura familiar irrigada e cooperada. CARVALHO JÚNIOR; SILVA; PESSOTI, 2011, p.218).

Para Porto (2002, p. 115) “é uma territorialidade que não vem encontrando condições de enfrentar a competitividade da economia internacional e apresenta os mais baixos indicadores sociais em todo o estado”. Como se pode observar, a economia baiana apresenta-se em polos definidos pelas atividades econômicas e dinamização, que determinaram o modo de vida nos municípios. As disparidades econômicas se refletem na garantia de atendimento das necessidades básicas, que apresenta discrepância entre os municípios. Com o objetivo de identificar a intensidade dessa discrepância é que foi

construído o Indicador Municipal de Infraestrutura Social, conforme exposto na sessão seguinte.

3.2 Metodologia

A década de 1950 foi um marco em se tratando dos questionamentos à teoria utilitarista de análise da pobreza, que considera a renda como uma *proxy* de bem-estar. O principal aspecto questionado no que se refere aos argumentos dessa teoria, é o fato de que “*poverty is often defined by one-dimensional measures, such as income. But no one indicator alone can capture the multiple aspects that constitute poverty*” (OPHI, 2010, s.p.). Essa constatação vincula-se à abordagem multidimensional que, além da renda, engloba as necessidades básicas, enfatizando o desenvolvimento social e econômico.

Recentemente, no ano de 2010, o *United Nations Development Programme Human Development* (UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em parceria com o *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), divulgou o Índice de Pobreza Multidimensional com o objetivo de avaliar, além da renda, outras privações sofridas pelas populações dos diversos países. Deste modo,

The Multidimensional Poverty Index (MPI), published for the first time in the 2010 Report, complements monetary measures of poverty by considering overlapping deprivations suffered by people at the same time. The index identifies deprivations across the same three dimensions as the HDI and shows the number of people who are multi-dimensionally poor (suffering deprivations in 33% of weighted indicators) and the number of deprivations with which poor households typically contend with. It can be deconstructed by region, ethnicity and other groupings as well as by dimension, making it an apt tool for policymakers (UNDP, 2010).⁴

As dimensões utilizadas para a mensuração deste índice são: educação, abarcando os indicadores anos de escola e comparecimento escolar; saúde, que tem como indicadores mortalidade infantil e nutrição; e, por fim, a dimensão padrão de vida,

⁴ “O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), publicado pela primeira vez no Relatório de 2010, complementa as medidas monetárias da pobreza, considerando privações sofridas por pessoas ao mesmo tempo. O índice identifica privações nas mesmas três dimensões do IDH e mostra o número de pessoas que são multidimensionalmente pobres (privações que sofrem em 33% dos indicadores ponderados) e o número de privações com que as famílias pobres normalmente enfrentam. Ele pode ser decomposto por região, etnia e outros grupos, bem como pela dimensão, tornando-se uma ferramenta válida para os formuladores de políticas”. (TRADUÇÃO NOSSA)

da qual fazem parte os indicadores de acesso a eletricidade, água potável, saneamento, pavimentação, combustível para cozinhar e os ativos da família. Vale ressaltar que as dimensões, assim como os indicadores, possuem pesos iguais (OPHI, 2010).

Como supramencionado, a UNDP (2010) ressalta que o índice se concentra em domicílios que apresentam privações múltiplas. A consideração como pobre ou não pobre, em âmbito multidimensional, está vinculada ao número de privações sofridas. Caso seja identificada apenas uma privação, o indivíduo ou domicílio pesquisado não é considerado multidimensionalmente pobre.

De acordo com OPHI (2010), o IPM apresenta tanto a incidência, que consiste na porcentagem de pessoas consideradas como pobres em âmbito multidimensional, quanto a intensidade da pobreza, ou seja, o número médio de privações que as pessoas enfrentam ao mesmo tempo. A partir desses dados, é possível compreender o contexto em questão e comparar os índices referentes a diferentes países, regiões e municípios.

Vale ressaltar, com base em UNDP (2010), que o índice pode ser amoldado a partir da utilização de dados e pesquisas específicos de um determinado espaço, visando a geração de índices de pobreza multidimensional que ilustrem a cultura, a economia, o clima e outros fatores intrínsecos ao contexto considerado.

Quadro 1 – Variáveis Componentes do Indicador de Infraestrutura Social e suas Respectivas Fontes.

DIMENSÃO	VARIÁVEL	FONTE
EDUCAÇÃO	Crianças na escola	INEP/MEC
	Jovens na escola	INEP/MEC
	Distorção idade série fundamental	INEP/MEC
	IDEB 2011 (8ª SÉRIE)	INEP/MEC
SAÚDE	Número de leitos hospitalares	DATASUS
	Número de médicos	DATASUS
	Mortalidade infantil 1990	DATASUS
	Óbitos com causas mal definidas	DATASUS

Fonte: Elaboração própria

Respeitando os preceitos do método original, no presente trabalho foi realizada uma adaptação do IPM para encontrar o Indicador Municipal de Infraestrutura Social – IMIS. Tomando por base os resultados decorrentes do cálculo do IMIS, o objetivo será captar a extensão da oferta dos serviços de saúde e educação e avaliar a eficiência do atendimento das necessidades básicas relacionadas a essas dimensões nos municípios baianos. Para tanto, foram consideradas as dimensões mencionadas, cada uma delas abarcando quatro variáveis, como discriminadas no Quadro 1.

Como se pode observar, o indicador em questão é composto por dados municipais não vinculados ao Censo Demográfico que, por sua vez, é realizado em intervalos de dez anos. Pela necessidade de informações de periodicidade anual, lançou-se mão de registros administrativos para a construção do indicador. A escolha por essas dimensões se fundamentou na disponibilidade das variáveis disponibilizadas pelo Ministério da Educação (MEC)⁵, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e pelo Ministério da Saúde, através do DATASUS.

A metodologia de cálculo do IMIS, seguindo a estrutura metodológica proposta para o IPM (UNDP, 2010), estabelece a definição de linhas de corte para cada uma das variáveis que compõe o indicador. Essas linhas se constituem no limite que diferenciam a condição adequada de atendimento da variável da condição de atendimento não satisfatório. Na definição dos cortes, tentou-se se distanciar o máximo de decisões arbitrárias, justificando cada um deles de acordo com estudos, leis e normas referentes às variáveis escolhidas. O resultado de cada dimensão (educação e saúde) é o somatório do atendimento das variáveis que a compõe e o resultado do indicador social é o somatório dos resultados das dimensões. Todas as variáveis se referem ao ano de 2010, exceto as informações sobre o IDEB, para as quais foram utilizados os dados de 2011, em virtude desse indicador só ser calculado para intervalos bienais.

3.3 Análise aplicada do Índice Municipal de Infraestrutura Social para os municípios baianos

3.3.1 Educação

⁵ Foram utilizados os microdados do Censo Escolar de 2010 para o cálculo do número de crianças e de adolescentes frequentando a escola.

A dimensão educação conta com variáveis quantitativas e qualitativas. As quantitativas “crianças na escola” e “jovens na escola” englobam, respectivamente, crianças na faixa etária entre 5 e 14 anos e jovens na faixa de 15 a 19 anos de idade, devidamente matriculados. As variáveis tentam captar se o atendimento educacional é universal, ou seja, se todos os classificados estão na escola, estabelecendo um corte de 100%. Caso a porcentagem encontrada não alcance o total, existe uma situação de privação. Essa interpretação assim ocorre, uma vez que, para os parâmetros do MEC, toda criança e adolescente deveriam frequentar a escola. Além disso, a definição da linha de corte também está relacionada com o texto da Constituição Federal de 1988 (art. 23, inciso V), que estabelece que o acesso ao ensino fundamental é um direito de toda criança e adolescente.

As demais variáveis da dimensão são qualitativas. O quesito “distorção idade série” trabalha com a inadequação entre faixas de idade e séries cursadas, visando identificar possíveis atrasos existentes. Havendo atrasos, há privação. A linha de corte dessa variável foi definida, com base no estudo realizado por Lück e Parente (2007), em 5%. Ou seja, uma distorção idade-série que atinja mais de 5% da população escolar é considerada como atendimento insatisfatório dessa variável.

Por fim, a última variável a compor a dimensão educação é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que também é um índice qualitativo. Segundo o MEC (2013), o IDEB

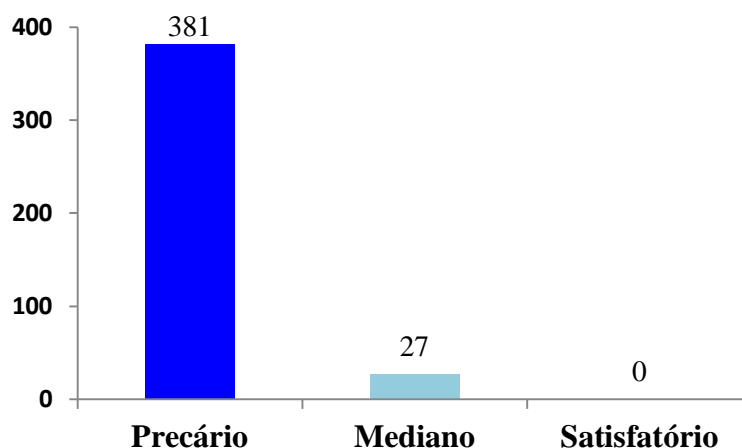
[...] é formulado para mensurar a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. [...] é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Foi considerada como um não atendimento satisfatório nessa variável um valor do IDEB inferior à meta estabelecida pelo MEC para o ano de 2011.

Os dados do Censo Escolar de 2010 salientam que 381 municípios baianos contam com um atendimento educacional, de modo geral, precário (inferior a 0,33), enquanto 27 oferecem atendimento mediano (entre 0,33 e 0,66). Isso significa que, ao se considerar as quatro variáveis que compõe a dimensão educação, a grande maioria dos

municípios não tem atendimento satisfatório em pelo menos duas dessas variáveis. Quanto ao nível satisfatório (superior a 0,66), não houve observações, como demonstrado pelo gráfico 5.

Gráfico 5 - Resultado geral: atendimento educacional nos municípios baianos.



Fonte: Elaboração própria

Nota-se que a totalidade dos municípios apresenta carência em se tratando do atendimento educacional. A conjuntura escolar do estado da Bahia conta com um histórico agastado, por não ser tratada como uma prioridade para o governo. A debilitada situação educacional no estado baiano, de modo geral, pode ser comprovada pela fala de Andrade, Santos e Nascimento (2009, p.1):

Nos últimos anos, apesar dos esforços desenvolvidos pelos governos e sociedade civil, os índices de evasão, repetência e abandono escolar, em especial na Bahia, continuam elevados. A determinação constitucional de garantia do acesso da população à escola pública de qualidade demanda esforços para assegurar infraestrutura, recursos materiais, transporte, merenda e formação em nível superior de professores de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil. No caso da educação de jovens e adultos, é necessária a intervenção efetiva dos governos federais, estaduais e municipais, considerando os índices de analfabetismo em todo território brasileiro [...].

Na tabela 2 constam os resultados inerentes a cada variável analisada da dimensão educação. Dentre elas, destaca-se a informação referente à distorção idade-série. Como se pode visualizar, todos os 417 municípios baianos sofrem privação no que diz respeito ao descompasso existente entre a idade e a série cursada, tanto para jovens quanto para adultos, o que pode ser justificado pela elevada repetência e

reprovação, como também pela inserção antecipada de jovens no mercado laboral, levando a grande maioria a desistir dos estudos.

Tabela 2 – Resultados das Variáveis de Atendimento Educacional nos Municípios Baianos – 2010.

VARIÁVEL	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	
	Atendem	Não atendem
Crianças na escola	184	283
Jovens na escola	51	366
Distorção idade – série	-	417
IDEB 2011 (8ª série)	248	169

Fonte: Elaboração própria.

De modo generalizado, as consequências desse problema podem ser retratadas pelo ainda significativo número de analfabetos no estado, bem como pelas deficiências apresentadas pelos devidamente alfabetizados e com segundo grau completo. Além do comprometimento do desempenho profissional, o limitado atendimento implica dificuldades quanto à entrada e a continuidade de grande parte dos baianos – que dependem da educação pública – na educação superior, bem como o avanço no mercado de trabalho. De acordo com Andrade, Santos e Nascimento (2009), a desigualdade social e a exclusão são consequências dessa questão,

A ausência ou a deficiência do uso adequado da escrita por parte significativa da população com idade acima de 15 anos é um fenômeno que atua na manutenção da desigualdade social, que tão bem caracteriza a sociedade brasileira, afinal, ler, compreender e escrever são habilidades humanas que definem e estabelecem as relações de poder e a participação/exclusão da sociedade. (ANDRADE; SANTOS; NASCIMENTO, 2009, p.1).

A tabela 3 explana a análise das mesmas variáveis, considerando o contingente populacional dos municípios. As informações apresentadas permitem constatar que existe uma falta de articulação quanto ao atendimento educacional em municípios de maior população. As extremidades revelam que nos pequenos municípios, 88% dos mesmos contam com um atendimento precário e 12% com um atendimento mediano. Já os grandes municípios vivenciam uma privação significativa de serviços educacionais, uma vez que a sua totalidade é atendida de modo precário.

**Tabela 3 – Resultados do Atendimento Educacional por Grupos de Municípios.
Bahia – 2010.**

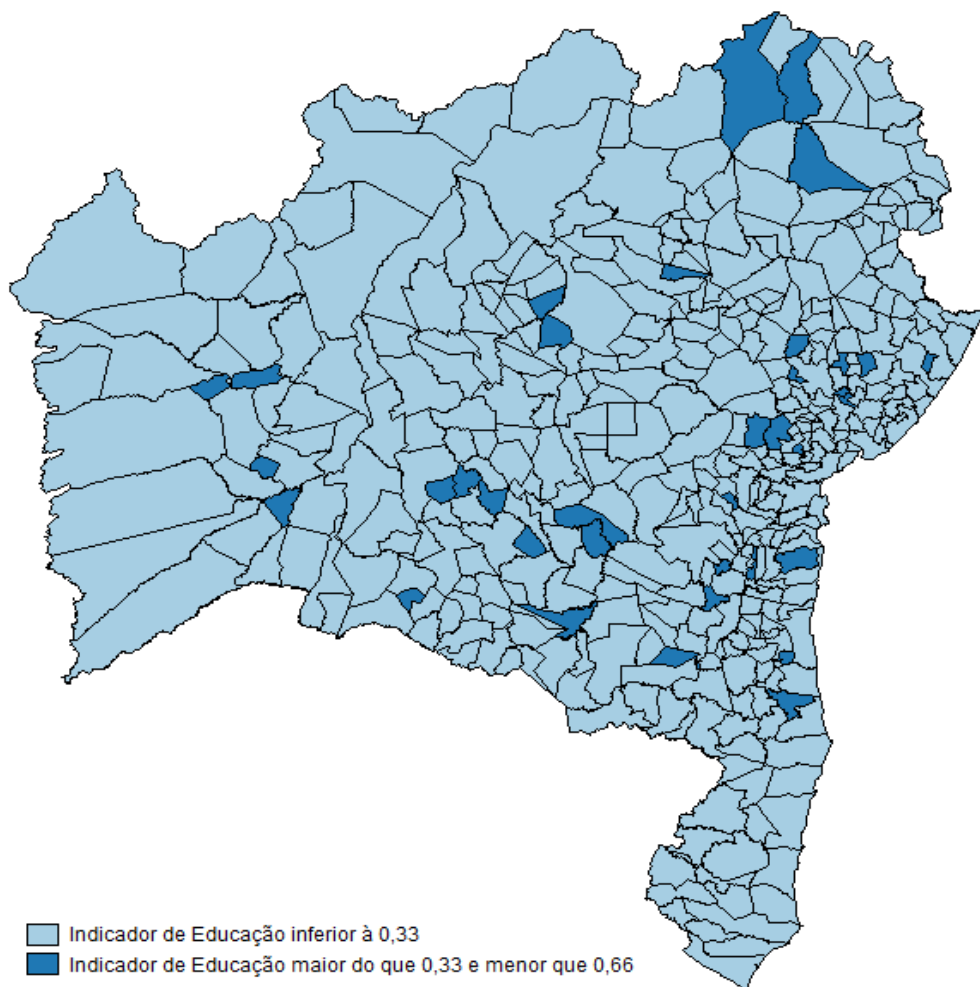
GRUPOS DE MUNICÍPIOS	ATENDIMENTO PRECÁRIO	ATENDIMENTO MEDIANO
Até 20.000 habitantes	219	29
De 20.001 a 50.000 habitantes	119	7
De 50.001 a 100.000 habitantes	27	0
De 100.001 a 200.000 habitantes	11	0
Acima de 200.000 habitantes	5	0
TOTAL	381	36

Fonte: Elaboração própria.

Esse quadro é resultado de uma deficiente coordenação por parte do estado, em se tratando das políticas educacionais que, como comprovado pelos dados, não vem satisfazendo devidamente os casos de grandes demandas, bem como de menores. O que ocorre, mediante a escassez de recursos destinados ao investimento na área educacional, é o atendimento parcial da população, seja abrindo mão de projetos destinados à educação de adultos, em detrimento de crianças, por exemplo, ou mesmo o comprometimento da qualidade da educação infantil, em benefício de projetos para adultos. A verdade é que, para a eficácia das políticas de âmbito educacional, o papel do estado é garantir recursos para que todos os níveis de demanda sejam atendidos a partir de um serviço qualificado.

O mapa 1 permite observar a magnitude do problema em termos espaciais. O indicador educacional expõe a deficiência da instrução na Bahia, que ocorre de maneira tão disseminada ao ponto de limitar uma avaliação acerca da concentração de determinados níveis em um aglomerado específico de municípios ou região econômica, visto que 91% do estado, identificado na parte mais clara do mapa 1, encontra-se no mesmo nível de atendimento, como comprova o índice da categoria. Dentre os 36 municípios representados pela cor mais escura, cujo atendimento oferecido encontra-se em nível mediano, encontram-se Barra da Estiva, Dom Basílio e Santa Terezinha, municípios de população menor, onde a demanda por esses serviços é relativamente inferior, o que possibilita um acompanhamento mais direto e um atendimento mais eficiente.

Mapa 1- Indicador Educacional Municipal – Bahia – 2010



Fonte: Elaboração própria.

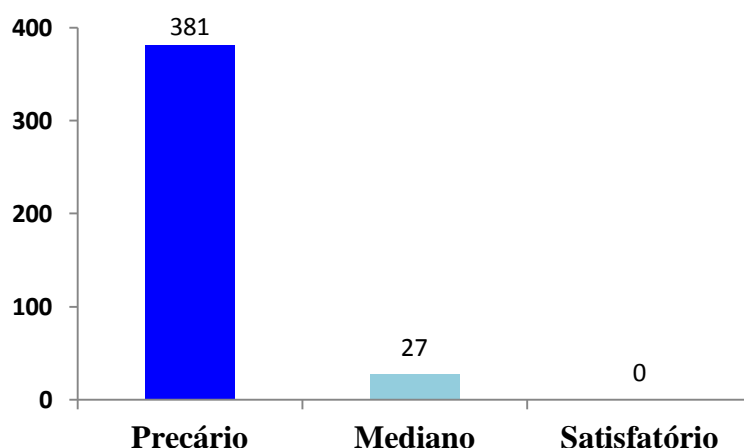
3.3.2 Saúde

A dimensão saúde é constituída por informações quantitativas, em sua maioria. As variáveis “número de leitos hospitalares” e “número de médicos” objetivam apontar a infraestrutura na área de saúde do município. O Ministério da Saúde (2001), a partir do documento Parâmetros para Programação das Ações Básicas de Saúde, recomenda uma quantidade mínima de três leitos para cada mil habitantes. Quanto ao número de médicos, ressaltando-se que não está sendo considerada a especialidade dos mesmos, a linha de corte baseia-se na recomendação da OMS – Organização Mundial da Saúde, segundo a qual deve haver pelo menos um médico para cada mil habitantes, sendo que, uma vez que isso não ocorra, se configura uma carência no atendimento.

A variável “mortalidade infantil”, reporta-se aos óbitos de crianças menores de 1 ano de idade e o total de nascidos vivos. O limite de corte dessa variável tomou por base a meta estabelecida no Objetivo de Desenvolvimento do Milênio da ONU, segundo o qual a taxa de mortalidade deveria ser reduzida, entre 1990 e 2015, em dois terços ou 66% (ONU, 2008). Como o trabalho em questão tem como recorte temporal o ano de 2010, foi feito um cálculo proporcional, revelando a porcentagem que deveria ser atingida em 2010, para que a meta fosse alcançada nos cinco anos posteriores. Chegou-se a informação de que, até 2010, a redução na taxa de mortalidade deveria ser de 53%. Os municípios cuja taxa não alcançou essa redução, vivenciam uma situação de inadequação.

Por fim, tem-se a variável “óbitos com causas mal definidas”, ou seja, a causa do óbito não é devidamente especificada. Essa variável foi incluída na análise porque entende-se que ela é uma *proxy* do acesso a atendimento médico em situações de risco grave de morte. A quase totalidade das estatísticas desse tipo de óbito é de pessoas que não tiveram atendimento médico adequado para diagnosticar a causa do óbito. Estabeleceu-se o percentual acima de 30% dos óbitos gerais do município por causas mal definidas como atendimento não satisfatório nessa variável, seguindo as recomendações de Paes (2007).

Gráfico 6 - Resultado geral: atendimento de saúde nos municípios baianos.



Fonte: Elaboração própria.

A dimensão saúde, assim como a de educação, não apresentou municípios enquadrados no nível de atendimento satisfatório, o que significa um alerta. 353

municípios apresentam atendimento de saúde precário e 55 atendimento mediano, o que está ilustrado no gráfico 6.

A saúde pública do estado da Bahia vivencia, historicamente, um quadro bastante complexo. Conforme informações do DATASUS (2014) referentes ao ano de 2010, aproximadamente 90% da população baiana depende dos serviços oferecidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde. A partir da Constituição de 1988, a legislação estabeleceu a universalização do serviço de saúde pública. No entanto, trata-se de uma demanda em constante aumento, de modo que os recursos disponíveis para este fim tornam-se cada vez mais limitados para investimento em melhorias, o que acaba comprometendo as condições às quais os pacientes baianos são submetidos.

Uma análise mais apurada acerca das variáveis que compõem a dimensão saúde permite o levantamento de algumas informações específicas relativas a essa discussão. A tabela 4 demonstra os resultados encontrados para cada variável pertencente à dimensão saúde no cálculo do Índice de Infraestrutura Social dos municípios baianos. Como supramencionado, faz-se necessário destacar que as informações constantes nesse estudo baseiam-se em registros administrativos.

Tabela 4 – Resultados das Variáveis de Atendimento de Saúde nos Municípios Baianos – 2010.

VARIÁVEL	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	
	Atendem	Não atendem
Número de leitos hospitalares	74	343
Número de médicos	382	35
Mortalidade infantil 1990	363	54
Óbitos com causas mal definidas	-	417

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados correspondentes à quantidade de municípios que atendem a necessidade quanto ao número de leitos hospitalares por habitantes, numa proporção de 3 para 1000, são alarmantes. A escassez de leitos evidencia-se através das circunstâncias nas quais se encontram os corredores de hospitais: repletos de usuários que não desfrutam de um atendimento apropriado, por parte do sistema público.

Por outro lado, os avanços quanto à mortalidade infantil também constaram na análise. Apenas 54 municípios não alcançaram a meta previamente definida e adaptada

para o ano de 2010, o que, em uma totalidade de 417 municípios é bastante significativo. Esse avanço se justifica por ações efetivas por parte de diversas instituições (governo, Organizações não governamentais, sociedade civil, etc.) no que diz respeito ao combate à desnutrição, a atuação dos agentes de saúde, incentivo à amamentação e uso do soro caseiro, dentre outras ações.

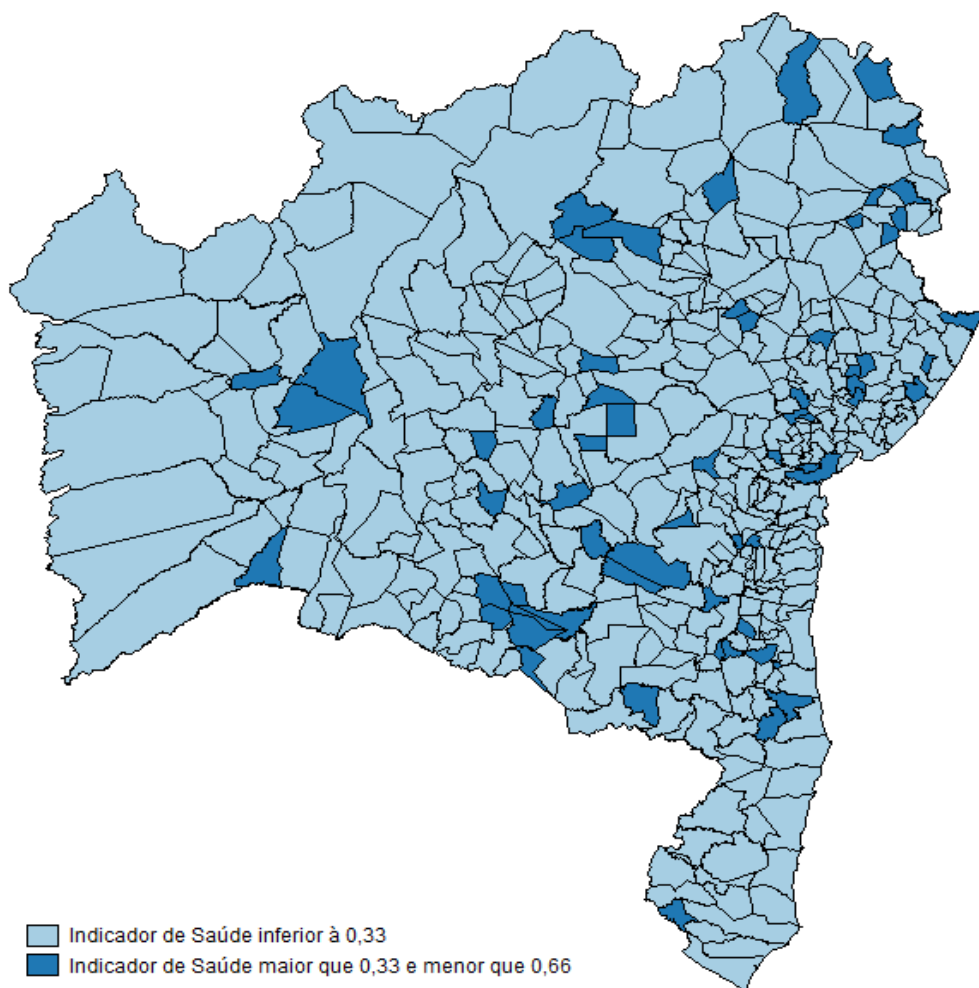
Os resultados baseados nos grupos de municípios relativos à dimensão saúde, apresentados na tabela 5, coincidem com as informações de educação. Observa-se que todos os municípios baianos com população superior a 50.000 habitantes, em ambas as dimensões, oferecem atendimento precário à população. Essa deferência associa-se à falta de planejamento e investimento, diante do crescimento populacional observado no estado, ressaltado no segundo capítulo deste estudo. Além da capital Salvador, grandes cidades baianas, como Feira de Santana e Vitória da Conquista, fazem parte do grupo de municípios nos quais os indicadores de saúde são considerados inadequados.

Tabela 5 – Resultados do Atendimento de Saúde por Grupos de Municípios. Bahia – 2010.

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	ATENDIMENTO PRECÁRIO	ATENDIMENTO MEDIANO
Até 20.000 habitantes	184	64
De 20.001 a 50.000 habitantes	126	0
De 50.001 a 100.000 habitantes	27	0
De 100.001 a 200.000 habitantes	11	0
Acima de 200.000 habitantes	5	0
TOTAL	353	64

Fonte: Elaboração própria.

Assim como a dimensão anterior, a carência no atendimento é tão acentuada no estado, que dificulta a interpretação acerca de uma concentração e maior incidência em partes específicas do estado. A parte mais clara do mapa 2 refere-se aos municípios atendidos de forma precária, enquanto a parte mais escura representa os municípios que oferecem atendimento mediano, que representa 15%.

Mapa 2- Indicador de Saúde Municipal – Bahia – 2010.

Fonte: Elaboração própria

3.3.3 Indicador de Infraestrutura Social

Ao longo da observação realizada a partir dos indicadores desenvolvidos com base nos dados do INEP e do DATASUS, é notória a prevalência de um contraste entre a realidade dos pequenos municípios baianos e as grandes cidades, como compartilhado por Campos (2014). A partir da soma dos indicadores apresentados, obtêm-se o Indicador Municipal de Infraestrutura Social, que permitirá interpretar, de maneira amplificada, a situação do estado baiano no que diz respeito a essas dimensões. A tabela 6 é composta pelos resultados encontrados para essa classificação.

Considerando o todo das variáveis, em 139 municípios as condições de atendimento de saúde e educação são precárias; 269 municípios oferecem atendimento mediano para a sua população e, apenas 9 municípios detêm condições de atendimento

satisfatórias à disposição dos seus habitantes, dentre os quais se enquadram: Aramari, Caraíbas, Cardeal da Silva, Chorrochó, Contendas do Sincorá, Cristópolis, Dário Meira, Érico Cardoso e Santa Luzia.

Tabela 6 – Resultados do Indicador de Infraestrutura Social por Grupos de Municípios. Bahia – 2010.

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	ATEND. PRECÁRIO	ATEND. MEDIANO	ATEND. SATISFATÓRIO
Até 20.000 habitantes	61	178	9
De 20.001 a 50.000 habitantes	51	75	-
De 50.001 a 100.000 habitantes	15	12	-
De 100.001 a 200.000 habitantes	7	4	-
Acima de 200.000 habitantes	5	-	-
TOTAL	139	269	9

Fonte: Elaboração própria.

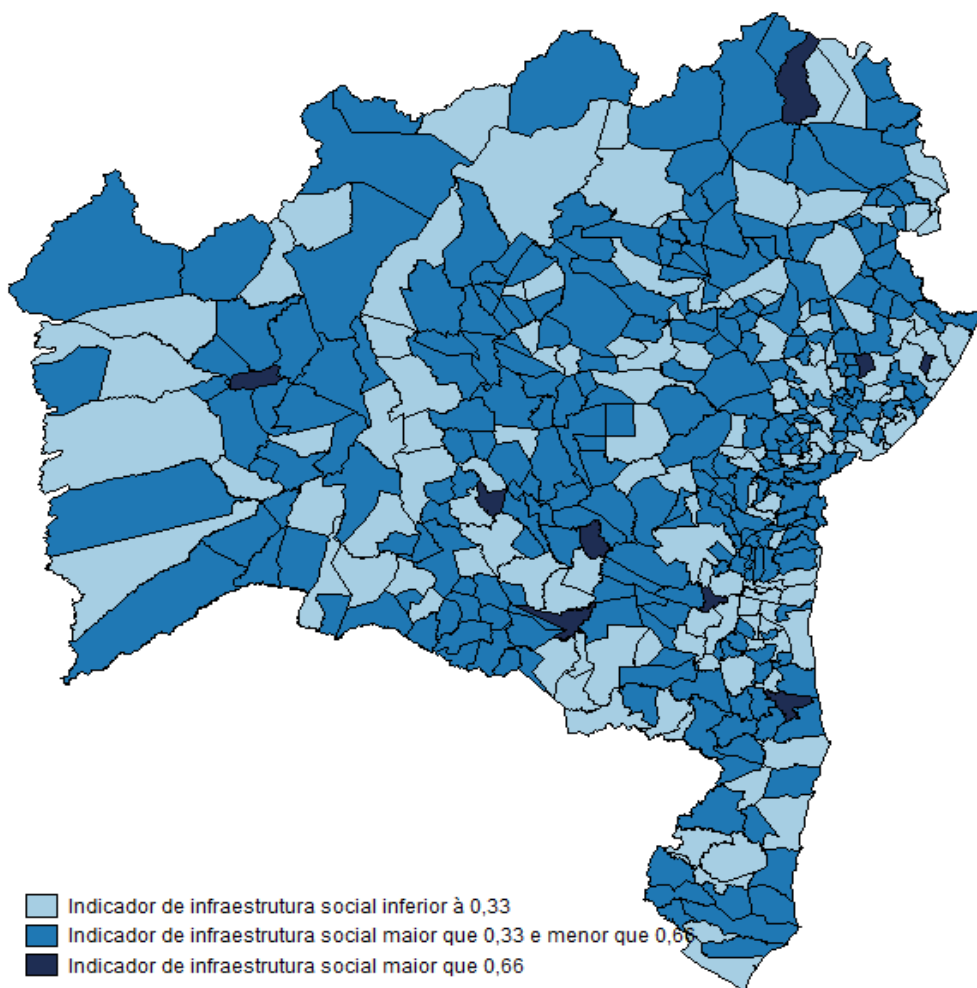
Nota-se que a terceira categoria, referente à situação de atendimento satisfatória, apenas aparece no cálculo do índice geral, uma vez que nenhuma das dimensões alcança esse nível de atendimento, isoladamente. Essa análise permite asseverar que o resultado da dimensão educação nos municípios que preenchem esse grupo, foi contrabalançado pelos números referentes à dimensão saúde, ou o contrário, permitindo um resultado razoável quanto ao atendimento das necessidades básicas em questão, pela ótica geral.

Os municípios pertencentes a esse recorte são pequenos, detentores de contingentes populacionais inferiores a 20.000 habitantes, informação presente na tabela 6. Esse resultado justifica-se pela estrutura do município que, unida ao contingente populacional, não requer uma oferta extensa dos serviços, tanto educacionais como de saúde, para satisfazer as demandas comedidas da sua respectiva população. Conforme apontado no mapa 3, esses municípios, representados pela mancha mais escura, se encontram dispersos no estado, não apresentando uma tendência de concentração espacial.

A sessão 3.1 deste capítulo expôs brevemente os níveis de concentração nos municípios baianos, tomando por base as atividades econômicas e colocando em

destaque a região litorânea e o oeste do estado, enquanto o semiárido compõe a região que produz menor valor agregado para a economia do estado. Como o mapa 3 comprova, essa concentração não ocorre em se tratando dos níveis de atendimento das necessidades básicas, ao se considerar os quesitos educação e saúde.

Mapa 3 - Indicador Municipal de Infraestrutura Social – Bahia – 2010.



Fonte: Elaboração própria

As cinco maiores cidades da Bahia, em âmbito populacional, Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Camaçari, apresentaram em totalidade, o nível de atendimento precário, segundo o índice geral, como também ocorreu na análise das dimensões, separadamente. Por se configurarem como grandes centros, detentores de uma economia dinâmica, caracterizada por melhores oportunidades, esses municípios, automaticamente, atraem uma gama populacional significativa que, no entanto, não é devidamente atendida pelos serviços sociais. Isso acontece na medida em que a cidade absorve um grande número de habitantes que, naturalmente elevam a

demanda por serviços públicos de saúde e educacionais, os quais se tornam insuficientes, por ter uma oferta limitada e incompatível com o crescimento constante da população. O não acompanhamento desse crescimento, por parte da infraestrutura social, torna significativamente precário o atendimento oferecido.

Em síntese, a partir dos dados utilizados e posteriores constatações, é seguro asseverar que o atendimento no que diz respeito às condições de educação e às condições de saúde, considerando as variáveis inclusas no Indicador Social de Infraestrutura Municipal, é precário, em sua grande maioria. A população baiana, de fato, não conta com o atendimento das suas necessidades básicas, nas duas esferas estudadas. Além disso, foi possível constatar que os municípios maiores vivenciam de forma ainda mais acentuada tais carências, o que pode ser comprovado pelos resultados insatisfatórios dos seus indicadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao estudo desenvolvido ao longo deste trabalho monográfico, é possível inferir acerca da importância da ótica multidimensional para a observação da pobreza. Como se pôde observar, para analisar as condições de vida de um indivíduo, apenas a consideração da renda é insuficiente e errônea, uma vez que as necessidades básicas sobrepõem o aspecto monetário, além do que, a renda transferida diretamente, como apoio social, não cobre em sua totalidade, todos os serviços essenciais para o desenvolvimento do ser humano.

O cenário socioeconômico brasileiro é marcado pela desigualdade regional ou mesmo entre as unidades da federação. Essa disparidade existente acaba comprometendo a qualidade de vida da população, no que diz respeito às carências multivariadas, de modo que se torna cada vez mais necessária a intervenção governamental. Neste contexto, a redução da pobreza surge como um dos principais objetivos em se tratando de desenvolvimento econômico e, normalmente, é conduzido por políticas de crescimento econômico e de distribuição de renda.

Os questionamentos à Teoria Utilitarista, baseada estritamente na renda, trouxeram tamanha contribuição ao estudo da pobreza, ao incluir em suas considerações, a efetividade do atendimento às necessidades básicas, ou a ausência dele, e os desdobramentos dessa questão para a vida do indivíduo. Como se sabe, em teoria, cabe ao Estado fornecer tais serviços à população, de maneira eficiente e gratuita. Conforme a ABN, o não atendimento dessas necessidades implicaria danos ao desenvolvimento do indivíduo e o comprometimento do seu papel em sociedade, configurando uma situação de pobreza.

A economia baiana, bem como o seu contexto social está vinculada, inicialmente, aos aspectos intrínsecos ao estado, fatores físicos, vantagens competitivas, questões políticas, bem como a aptidão para determinadas atividades. A maneira em que a economia baiana se desenvolveu ao longo dos séculos, colocou-lhe em uma posição subsidiária em relação aos estados que ocupam as regiões sul e sudeste do Brasil, implicou um desenvolvimento limitado e uma economia, inicialmente, pouco diversificada e resistente à atividade industrial. Como foi possível observar a partir de uma breve análise do PIB baiano, a última década apresentou resultados econômicos

limitados quanto à diversificação econômica, apesar de positivos. A atividade industrial no estado foi efetivamente durante a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, o que não ocorreu posteriormente em proporção semelhante.

Nota-se que a concentração econômica não ocorre apenas em âmbito nacional, mas também em âmbito estadual. Existe uma acentuada concentração econômica no estado baiano, que permite a divisão de sub-regiões econômicas, são elas: o litoral, o oeste e o semiárido baiano. Entretanto, essa concentração não ocorre em termos sociais, uma vez que todo o estado da Bahia apresenta deficiências pujantes, em termos de saúde, educação, moradia, dentre outros aspectos. As falhas no atendimento evidenciam-se a partir da análise quali – quantitativa, com base nos dados do DATASUS e INEP/MEC.

Considerando as variáveis relativas à educação e saúde, de modo isolado, foi possível constatar que existe um atendimento deficiente em todos os municípios do estado da Bahia, no entanto, a incidência é maior nos municípios de maior população, tendo em vista a sua estrutura limitada e incompatível com grande contingente populacional que recebe constantemente, por se caracterizar como uma economia dinamizada frente às cidades do interior.

As variáveis de cunho educacional revelaram que para muitos baianos, o curso educacional encontra-se em segundo plano, seja pelas necessidades particulares dentre as quais se enquadram a necessidade precoce de adentrar ao mercado de trabalho, seja pela qualidade da educação oferecida, que limita o avanço dos alunos dentro da própria escola e, posteriormente, no nível superior de educação. Quanto às variáveis de saúde, tem-se a comprovação da realidade extremamente precária do estado, divulgada diariamente através dos meios de comunicação. A saúde pública brasileira se revela como uma polêmica, o estado da Bahia vivencia a níveis altíssimos essa circunstância.

Analisando o índice com base na soma dos resultados auferidos para cada dimensão, constatou-se que os pequenos municípios que alcançaram o nível de atendimento satisfatório, conseguiram por conta de uma compensação, uma vez que, analisados separadamente, nenhum município alcançou resultados satisfatórios. Entretanto, de modo geral, os resultados de alguns municípios de população inferior a 20.000 habitantes preencheram a condição de atendimento mediano, o que pode ser explicado pela menor exigência de oferta desses serviços, a partir de uma demanda menor e menos exigente, em termos generalizados.

Sinteticamente, os serviços de saúde e educação públicos não estão sendo devidamente oferecidos no estado da Bahia, no que diz respeito tanto ao acesso ao atendimento, como a sua qualidade, analisada a partir do IDEB, o que configura uma carência contínua para a grande maioria dos baianos que dependem estritamente da atividade exercida pelo estado.

Diante disso, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias melhor definidas que sejam colocadas em prática a partir da atuação de políticas sociais que forneçam à sociedade a satisfação das necessidades básicas e permitam um melhor desenvolvimento individual, colaborando para o crescimento do estado de modo pleno, ou seja, tanto em âmbito social, quanto econômico e monetário. Tal constatação enseja, por si só, o desenvolvimento de trabalhos futuros acerca dessa temática, de modo a diagnosticar, assim como foi feito ao longo deste trabalho, as condições socioeconômicas dos demais estados e regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, F. **Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia**. Tese (doutorado). Barcelona: Universidade de Barcelona, 2003.
- ALMEIDA, R. **Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XI, Nº 19, Salvador, Jan. 2009.
- ANDRADE, M. A. B. de; SANTOS, M. C.; NASCIMENTO, R. S. do. Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado na Educação de Jovens e Adultos: m relato das experiências do Programa Todos pela alfabetização (TOPA) no estado da Bahia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 24., 2009, Espírito Santo. **Anais...** Espírito Santo: UFES, 2009. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/208.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P.. *Poverty Distribution among the Brazilian States: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Trabalhos Apresentados...** Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. **Quatro cantos da Bahia**. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001.
- BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Editora Cortez. 7º edição, 2010, v.1, 213p.
- BRASIL. **Lei 8.742**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasil, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.
- CAMPOS, K. O.. **Pobreza nos pequenos municípios baianos sob a perspectiva multidimensional**. 2014. 78f. Monografia (Graduação). Vitória da Conquista: UESB, 2014.
- CARVALHO JUNIOR, C. V.; SILVA, D. V. da; PESSOTI, G. C.. Análise da Evolução da Economia Baiana entre 1975 e 2010 sob Novo Enfoque de Contas Regionais. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, p. 215-234, 2011.

CORRÊA, A. **A exclusão da população de baixa renda dos sistemas de trocas comerciais**: uma análise histórica sob a perspectiva do marketing 2011, 91f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração de empresas, Pontifícia Universidade Católica - PUC, Rio de Janeiro, 2011.

DATASUS. **Indicadores de cobertura**. 2014. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?idb2012/f16.def>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

DOYAL, L.; GOUGH, I. *A Theory of Human Need*. Hampshire: Macmillan Press, 1991. cap. 1-3.

DRAIBE, S. M. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje**, 1989. São Paulo: Vértice e ANPOCS, 1989, p. 13-61.

FELIX JUNIOR, O. S.. O envio de negros da Bahia para a Guerra do Paraguai. **Revista História & Perspectiva**, v. 24, nº 45, jul./dez. 2011. P. 379-410. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19414>>. Acesso em: 19 de nov. 2014.

FLEURY, S. Política Social e Democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health**, v. 1, n.4, p. 400-417, 1986.

FLEURY, S. Seguridade Social um Novo Patamar Civilizatório. In: DANTAS, B.; CRURÊN E.; SANTOS, F.; LAGO, G. P. de L. (Org.). **A Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois - Os cidadãos na carta cidadã**. 1ªed.Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, v. V, p. 178-212.

FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**, 32 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

ILARIO, C. G.. **A região agrícola competitiva do Oeste Baiano**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, 2013.

SILVA, A.M.R.; LACERDA, F. C. C.; NEDER, H.D. Evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, p. 509-527, 2011.

LACERDA, F. C. C.. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. 2009, 212 f. Dissertação (Mestrado em Economia) –Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

_____. Aspectos multidimensionais da pobreza rural na Bahia: análise comparativa - 2001/2006/2009. **Revista Desenhavia**, v. 8, p. 163-191, 2011.

LACERDA, F. C. C. et al. **A pobreza na região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional com base nos microdados da PNAD (2003 e 2012)**. In: ALCADECA, 5. , Lima, 2014. **Anais...** Lima: PUCP, 2014. 1 CD-ROM.

LACERDA, F. C. C.; ARAUJO, K. F.; CAMPOS, K. O.. **Análise da Situação Socioeconômica dos Estados Nordestinos com Base nos Microdados da PNAD (2003,2007 e 2011)**. In: XII SEMANA DE ECONOMIA DA UESB, 2013, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista/Ba: UESB, 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/?pagina=anais>. Acesso em: 20 out. 2014.

LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D.. Pobreza Multidimensional na Bahia: uma análise fundamentada no indicador multidimensional de pobreza. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 7, p. 33-70, 2010.

LACERDA, F. C. C.; PESSOTI, G. C.; JESUS, J. A. de. Transformações estruturais, (des)concentração espacial e inserção internacional: uma análise para a economia baiana com base na teoria da base produtiva. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10., 2014, Salvador. **Anais eletrônicos**. p. 1-27.

LÜCK, H.; PARENTE, M. **A aceleração da aprendizagem para corrigir o fluxo escolar: o caso do Paraná**. IPEA. Brasília, ago/2007 (Texto para discussão n 1274).

LYRA, H. J. B.. **Ocupação de mão de obra na Bahia na segunda metade do século XIX**. In: Simpósio Nacional de História - ANPUH, 22., 2003, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. p. 9 -16. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S22.R.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre População**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARIANI, Clemente. **Análise do Problema Econômico Baiano**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XI Nº 20 Julho de 2009 Salvador, BA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=421&id=180&option=com_content&view=article>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Parâmetros para a Programação das Ações Básicas de Saúde**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/biblioteca/cursos/ceinfo-cefor/indicadores-de-oferta-e-desempenho-nos-servicos-de-saude/Parametros%20MS%202001.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

OPHI. Policy: A Multidimensional Approach.2010. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/policy/multidimensional-poverty-index/>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Official List of Millennium Development Goals Indicators. 2008. Disponível em: <

<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Indicators/OfficialList.htm> >. Acesso em: 20 nov. 2014.

PAES, N. A. Qualidade das Estatísticas de Óbitos por Causas Desconhecidas dos Estados Brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 436-445, 2007.

PEDRÃO, F.. **A industrialização na Bahia: 1950-1990**. Salvador, 1996.

_____. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Pobreza e Desigualdades Sociais**. Salvador: SEI, 2003. p. 235-248. (Série Estudos e Pesquisas, v. 63). Disponível em:

<www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_sep.php>.

Acesso em: 15 nov. 2014

PEREIRA, P.. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PESSOTI, G. C.; SAMPAIO, M. G. V.. Século XXI e Atração de Investimentos Industriais na Bahia: uma tentativa de interiorização e diversificação industrial. **Revista Desenhahia**, v. 10, p. 55-72, 2009.

_____. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Conjuntura & Planejamento**, v. 2, p. 36-49, 2009.

PESSOTI, B. C.; PESSOTI, G. C.. A Economia Baiana e o Desenvolvimento Industrial: uma análise do período 1978-2010. **RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 13, p. 28-45, 2010.

PESSOTI, G. C.; SILVA, D. V. da. Análise dos Ciclos Econômicos da Bahia entre 1975 e 2010. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 8, n. 15, p. 7-36. Set. 2011.

PINHEIRO, I. de O.. **A política na Bahia: Atraso e Personalismos**. Ideação, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, jul./dez. 1999.

PINTO DE AGUIAR, M. P. de. **Notas sobre o enigma baiano**. Salvador: CPE, 1958.

POLANYI, K.. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 2012. 360 p.

PORTO, E.. Desenvolvimento Regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). **Bahia Século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, 2002, p. 97-128. Disponível em:

<http://www.seplan.ba.gov.br/pub_livro5.htm>. Acesso em: 26 de nov. de 2014.

PRADO JUNIOR, C.. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RICARDO, D.. **Princípios de Economia Política e Tributacao**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

INEPAC. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Caminhos do Açúcar**. Projeto Inventário de Bens Culturais Móveis. Rio de Janeiro: INEPAC/SEBRAE- RJ, 2004. Disponível em:

<[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/F53F7DCBED267FB98325735C004D1383/\\$File/NT00036122.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/F53F7DCBED267FB98325735C004D1383/$File/NT00036122.pdf)>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

ROCHA, S.. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata?. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Linhas de Pobreza 1985-2013*. 2014. Disponível em:

<http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915>. Acesso em: 24 abr. 2011.

SAMPAIO, M. G. V.. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 16, n. 4, jan./mar. 2007 p. 655-663.

SEN, A.K. Development as Capability Expansion, In: GRIFFIN, K. and KNIGHT, J. **Human Development and the International Development Strategy for de 1990s**. London: MacMillan, 1990.

SILVA, A.M.. **Um Estudo sobre a Pobreza Multidimensional na Região Nordeste do Brasil**. 2009, 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia) –Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SPINOLA, N. D.. A Economia Baiana: Os condicionantes da dependência. **RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano VI, nº 10, Salvador, Julho de 2004.

_____. **A Trilha Perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: UNIFACS, 2009.

_____. O Plandeb. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XI, Nº 20, Salvador, Julho de 2009.

STATA: Statistics/Data Analysis. Version 10.0. Texas,USA: StataCorp LP, 2009. Windows.

STEWART, F.. Basic Needs Strategies, Human Rights and the Right to Development. **Human Rights Quartely**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 347-374, Aug. 1989.

_____. Basic Needs, Capabilities and Human Development. **Greek Economic Review**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 83-96, dec. 1995.

TITMUSS, R. **What is Social Policy?** In: Social Policy: an introduction. Pantheon Books, 1974. 141-147.

UNDP. Multidimensional Poverty Index (MPI). 2010. Disponível em:

<<http://hdr.undp.org/en/content/multidimensional-poverty-index-mpi>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

ZEMELLA. M.. Os ciclos do Pau Brasil e do Açúcar. **Revista de História**, ano I, vol. I, nº 4. São Paulo, 1950, p. 485-494. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2837>>. Acesso em: 22 out. 2014.

APÊNDICE 1- RESULTADOS DO INDICADOR MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SOCIAL PARA OS MUNICÍPIOS BAIANOS

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Abaíra	.125	.25	.375
Abaré	.125	.25	.375
Acajutiba	0	.25	.25
Adustina	0	.25	.25
Água Fria	.25	.25	.5
Aiquara	.375	.125	.5
Alagoinhas	.125	.125	.25
Alcobaça	.25	.25	.5
Almadina	.25	.375	.625
Amargosa	0	.125	.125
Amélia Rodrigues	.375	.25	.625
América Dourada	.375	.25	.625
Anagé	.125	.25	.375
Andaraí	.125	.25	.375
Andorinha	.125	.375	.5
Angical	.125	.25	.375
Anguera	.375	.25	.625
Antas	.125	.25	.375
Antônio Cardoso	0	.375	.375
Antônio Gonçalves	0	.25	.25
Aporá	0	.25	.25
Apuarema	.25	.375	.625
Araçás	.125	.25	.375
Aracatu	0	.125	.125
Araci	.125	.25	.375
Aramari	.375	.375	.75
Arataca	0	.25	.25
Aratuípe	.125	.375	.5
Aurelino Leal	0	.25	.25
Baianópolis	.125	.25	.375
Baixa Grande	0	.125	.125
Banzaê	.25	.375	.625
Barra	.125	.25	.375
Barra da Estiva	.375	.25	.625
Barra do Choça	0	.125	.125
Barra do Mendes	.25	.25	.5

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Barra do Rocha	.375	.25	.625
Barreiras	.125	.125	.25
Barro Alto	.25	.25	.5
Barro Preto	.25	.125	.375
Barrocas	0	.25	.25
Belmonte	.125	.125	.25
Belo Campo	.125	.125	.25
Biritinga	.125	.25	.375
Boa Nova	.125	.25	.375
Boa Vista do Tupim	0	.25	.25
Bom Jesus da Lapa	.125	.25	.375
Bom Jesus da Serra	.25	.25	.5
Boninal	0	.25	.25
Bonito	0	.25	.25
Boquira	.125	.125	.25
Botuporã	.375	.125	.5
Brejões	.125	.25	.375
Brejoândia	.25	.375	.625
Brotas de Macaúbas	.125	.25	.375
Brumado	.125	.125	.25
Buerarema	.375	.25	.625
Buritirama	0	.25	.25
Caatiba	.375	.25	.625
Cabaceiras do Paraguaçu	0	.375	.375
Cachoeira	0	.25	.25
Caculé	.25	.25	.5
Caém	.375	.25	.625
Caetanos	.125	.25	.375
Caetité	.125	.25	.375
Cafarnaum	.375	.25	.625
Cairu	.25	.25	.5
Caldeirão Grande	.25	.25	.5
Camacan	.125	.25	.375
Camaçari	.125	.125	.25

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Camamu	.375	.25	.625
Campo Alegre de Lourdes	.25	.25	.5
Campo Formoso	0	.25	.25
Canápolis	.375	.25	.625
Canarana	0	.25	.25
Canavieiras	.125	.25	.375
Candeal	.375	.25	.625
Candeias	0	.125	.125
Candiba	.375	.125	.5
Cândido Sales	0	.25	.25
Cansanção	.125	.25	.375
Canudos	.375	.25	.625
Capela do Alto Alegre	.25	.25	.5
Capim Grosso	.125	.25	.375
Caraíbas	.375	.375	.75
Caravelas	.125	.25	.375
Cardeal da Silva	.375	.375	.75
Carinhanha	.125	.25	.375
Casa Nova	.125	.25	.375
Castro Alves	.375	.125	.5
Catolândia	.375	.25	.625
Catu	0	.25	.25
Caturama	.375	.25	.625
Central	.125	.25	.375
Chorrochó	.375	.375	.75
Cícero Dantas	0	.25	.25
Cipó	.25	.25	.5
Coaraci	0	.25	.25
Cocos	.125	.25	.375
Conceição da Feira	0	.25	.25
Conceição do Almeida	.25	.25	.5
Conceição do Coité	.125	.25	.375
Conceição do Jacuípe	.375	.25	.625
Conde	0	.25	.25

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Condeúba	.25	.125	.375
Contendas do Sincorá	.375	.375	.75
Coração de Maria	0	.25	.25
Cordeiros	.25	.125	.375
Coribe	.125	.25	.375
Coronel João Sá	0	.25	.25
Correntina	.125	.25	.375
Cotegipe	.25	.25	.5
Cravolândia	.375	.125	.5
Crisópolis	.125	.25	.375
Cristópolis	.375	.375	.75
Cruz das Almas	.125	.125	.25
Curaçá	.375	.25	.625
Dário Meira	.375	.375	.75
Dias D'Ávila	.125	.125	.25
Dom Basílio	.375	.25	.625
Dom Macedo Costa	.375	.25	.625
Elísio Medrado	0	.125	.125
Encruzilhada	.125	.125	.25
Entre Rios	0	.125	.125
Érico Cardoso	.375	.375	.75
Esplanada	0	.25	.25
Euclides da Cunha	0	.25	.25
Eunápolis	.125	.125	.25
Fátima	.125	.375	.5
Feira da Mata	.125	.375	.5
Feira de Santana	.125	.125	.25
Filadélfia	.125	.25	.375
Firmino Alves	.125	.375	.5
Floresta Azul	.125	.25	.375
Formosa do Rio Preto	.125	.25	.375
Gandu	.125	.25	.375
Gavião	.125	.375	.5
Gentio do Ouro	.125	.25	.375
Glória	.125	.375	.5
Gongogi	0	.125	.125
Governador Mangabeira	.125	.375	.5

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Guajeru	.125	.375	.5
Guanambi	0	.125	.125
Guaratinga	.125	.25	.375
Heliópolis	.125	.375	.5
Iaçu	.25	.25	.5
Ibiassucê	.25	.25	.5
Ibicaraí	0	.25	.25
Ibicoara	0	.375	.375
Ibicuí	0	.25	.25
Ibipeba	.125	.25	.375
Ibipitanga	.125	.25	.375
Ibiquera	0	.375	.375
Ibirapitanga	.25	.25	.5
Ibirapoã	0	.25	.25
Ibirataia	.25	.25	.5
Ibitiara	.125	.25	.375
Ibititá	.125	.25	.375
Ibotirama	.25	.25	.5
Ichu	.125	.25	.375
Igaporã	.125	.25	.375
Igrapiúna	.25	.25	.5
Iguaí	0	.25	.25
Ilhéus	.125	0	.125
Inhambupe	.125	.25	.375
Ipecaetá	0	.25	.25
Ipiaú	.125	.25	.375
Ipirá	.125	.25	.375
Ipupiara	.125	.25	.375
Irajuba	.125	.25	.375
Iramaia	.125	.25	.375
Iraquara	.125	.25	.375
Irará	.375	.25	.625
Irecê	.125	.125	.25
Itabela	.125	.25	.375
Itaberaba	.125	.25	.375
Itabuna	.125	.125	.25
Itacaré	0	.25	.25
Itaeté	.125	.25	.375
Itagi	0	.125	.125

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Itagibá	0	.25	.25
Itagimirim	.125	.25	.375
Itaguaçu da Bahia	.125	.25	.375
Itaju do Colônia	0	.125	.125
Itajuípe	0	.25	.25
Itamaraju	0	.25	.25
Itamari	.25	.25	.5
Itambé	.25	.125	.375
Itanagra	0	.375	.375
Itanhém	.125	.25	.375
Itaparica	.125	.125	.25
Itapé	0	.375	.375
Itapebi	.125	.25	.375
Itapetinga	.125	.25	.375
Itapicuru	.125	.25	.375
Itapitanga	0	.25	.25
Itaquara	.125	.25	.375
Itarantim	.125	.25	.375
Itatim	0	.25	.25
Itiruçu	0	.25	.25
Itiúba	.25	.25	.5
Itororó	0	.125	.125
Ituaçu	.25	.25	.5
Ituberá	.125	.25	.375
Iuiu	.25	.125	.375
Jaborandi	0	.25	.25
Jacaraci	.25	.25	.5
Jacobina	0	.25	.25
Jaguaquara	.125	.25	.375
Jaguarari	.25	.25	.5
Jaguaripe	.125	.375	.5
Jandaíra	0	.375	.375
Jequié	0	.25	.25
Jeremoabo	.125	.25	.375
Jiquiriçá	0	.25	.25
Jitaúna	.25	.25	.5
João Dourado	0	.25	.25
Juazeiro	.25	.125	.375
Jucuruçu	.125	.125	.25

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Jussara	.125	.25	.375
Jussari	.125	.25	.375
Jussiape	.125	.25	.375
Lafayette Coutinho	.25	.375	.625
Lagedo do Tabocal	.125	.25	.375
Lagoa Real	.125	.125	.25
Laje	.25	.25	.5
Lajedão	0	.375	.375
Lajedinho	0	.375	.375
Lamarão	0	.375	.375
Lapão	.125	.25	.375
Lauro de Freitas	.125	.125	.25
Lençóis	.125	.25	.375
Licínio de Almeida	.125	.25	.375
Livramento de Nossa Senhora	.125	.125	.25
Luís Eduardo Magalhães	.125	.25	.375
Macajuba	.125	.25	.375
Macarani	.125	.125	.25
Macaúbas	.125	.125	.25
Macururé	0	.25	.25
Madre de Deus	.25	0	.25
Maetinga	.125	.375	.5
Maiquinique	0	.25	.25
Mairi	.125	.25	.375
Malhada	.125	.125	.25
Malhada de Pedras	0	.375	.375
Manoel Vitorino	.25	.375	.625
Mansidão	0	.25	.25
Maracás	.125	.25	.375
Maragogipe	0	.25	.25
Maraú	0	.25	.25
Marcionílio Souza	0	.125	.125
Mascote	.25	.375	.625
Mata de São João	.25	.125	.375
Matina	.125	.25	.375
Medeiros Neto	.25	.125	.375
Miguel Calmon	.125	.25	.375
Milagres	.125	.125	.25
Mirangaba	0	.375	.375

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Mirante	0	.375	.375
Monte Santo	0	.25	.25
Morpará	0	.25	.25
Morro do Chapéu	.125	.25	.375
Mortugaba	.125	.25	.375
Mucugê	.125	.25	.375
Mucuri	.125	.125	.25
Mulungu do Morro	.125	.125	.25
Mundo Novo	0	.25	.25
Muniz Ferreira	0	.25	.25
Muquém do São Francisco	0	.375	.375
Muritiba	.125	.25	.375
Mutuípe	.25	.125	.375
Nazaré	0	.25	.25
Nilo Peçanha	.25	.25	.5
Nordestina	.25	.25	.5
Nova Canaã	0	.25	.25
Nova Fátima	.125	.375	.5
Nova Ibiá	.125	.375	.5
Nova Itarana	.125	.375	.5
Nova Redenção	.125	.375	.5
Nova Soure	.25	.25	.5
Nova Viçosa	.125	.25	.375
Novo Horizonte	.125	.375	.5
Novo Triunfo	.125	.375	.5
Olindina	.125	.25	.375
Oliveira dos Brejinhos	.125	.125	.25
Ouriçangas	.125	.25	.375
Ourolândia	.125	.375	.5
Palmas de Monte Alto	.125	.125	.25
Palmeiras	.125	.375	.5
Paramirim	0	.25	.25
Paratinga	0	.125	.125
Paripiranga	0	.25	.25
Pau Brasil	.125	.25	.375
Paulo Afonso	.125	.25	.375
Pé de Serra	.125	.25	.375
Pedrao	0	.375	.375
Pedro Alexandre	0	.25	.25

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Piatã	.125	.25	.375
Pilão Arcado	.125	.25	.375
Pindaí	0	.125	.125
Pindobaçu	.125	.25	.375
Pintadas	.125	.25	.375
Pirai do Norte	0	.125	.125
Piripá	0	.375	.375
Piritiba	.125	.25	.375
Planaltino	0	.125	.125
Planalto	.125	.25	.375
Poções	.125	.25	.375
Pojuca	.125	.125	.25
Ponto Novo	.125	.25	.375
Porto Seguro	0	.25	.25
Potiraguá	.25	.25	.5
Prado	.125	.25	.375
Presidente Dutra	.25	.25	.5
Presidente Jânio Quadros	0	.375	.375
Presidente Tancredo Neves	0	.25	.25
Queimadas	.125	.25	.375
Quijingue	.25	.25	.5
Quixabeira	0	.25	.25
Rafael Jambeiro	.125	.25	.375
Remanso	0	.25	.25
Retirolândia	.25	.25	.5
Riachão das Neves	0	.25	.25
Riachão do Jacuípe	0	.25	.25
Riacho de Santana	.125	.125	.25
Ribeira do Amparo	.125	.25	.375
Ribeira do Pombal	.125	.25	.375
Ribeirão do Largo	.25	.375	.625
Rio de Contas	.125	.25	.375
Rio do Antônio	0	.375	.375
Rio do Pires	.125	.125	.25
Rio Real	.125	.25	.375
Rodelas	0	.125	.125
Ruy Barbosa	0	.25	.25
Salinas da Margarida	.125	.125	.25
Salvador	.125	.125	.25
Santa Bárbara	0	.125	.125

(continua)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Santa Brígida	0	.375	.375
Santa Cruz Cabralia	.125	.25	.375
Santa Cruz da Vitória	.25	.375	.625
Santa Inês	.125	.25	.375
Santa Luzia	.375	.375	.75
Santa Maria da Vitória	0	.25	.25
Santa Rita de Cássia	.125	.25	.375
Santa Terezinha	.375	.25	.625
Santaluz	0	.25	.25
Santana	.25	.25	.5
Santanópolis	0	.125	.125
Santo Amaro	.25	.25	.5
Santo Antônio de Jesus	.125	.125	.25
Santo Estêvão	0	.25	.25
São Desidério	0	.125	.125
São Domingos	.125	.25	.375
São Felipe	.125	.25	.375
São Félix	.25	.125	.375
São Félix do Coribe	.375	.25	.625
São Francisco do Conde	.125	.25	.375
São Gabriel	.25	.25	.5
São Gonçalo dos Campos	.125	.25	.375
São José da Vitória	0	.375	.375
São José do Jacuípe	0	.25	.25
São Miguel das Matas	.125	.25	.375
São Sebastião do Passé	.125	.25	.375
Sapeaçu	.25	.125	.375
Sátiro Dias	0	.25	.25
Saubara	.25	.25	.5
Saúde	.125	.25	.375
Seabra	.125	.25	.375
Sebastião Laranjeiras	.125	.25	.375
Senhor do Bonfim	.125	.25	.375
Sento Sé	0	.25	.25
Serra do Ramalho	0	.25	.25
Serra Dourada	0	.25	.25
Serra Preta	.25	.25	.5
Serrinha	0	.25	.25
Serrolândia	.125	.25	.375
Simões Filho	.25	.25	.5

(conclusão)

MUNICÍPIO	INDICADOR MUNICIPAL EDUCAÇÃO	INDICADOR MUNICIPAL SAÚDE	INDICADOR MUNICIPAL GERAL
Sítio do Mato	.25	.125	.375
Sítio do Quinto	0	.375	.375
Sobradinho	0	.25	.25
Souto Soares	.125	.25	.375
Tabocas do Brejo Velho	.125	.25	.375
Tanhaçu	0	.25	.25
Tanque Novo	.25	.25	.5
Tanquinho	.25	.25	.5
Taperoá	.125	.25	.375
Tapiramutá	0	.25	.25
Teixeira de Freitas	.125	.25	.375
Teodoro Sampaio	.125	.375	.5
Teofilândia	.25	.25	.5
Teolândia	0	.25	.25
Terra Nova	.125	.375	.5
Tremedal	.125	.125	.25
Tucano	0	.25	.25
Uauá	.25	.25	.5
Ubaíra	.125	.25	.375
Ubaitaba	0	.25	.25
Ubatã	.125	.25	.375
Uibaí	.125	.25	.375
Umburanas	.125	.375	.5
Una	.125	.25	.375
Urandi	.125	.25	.375
Uruçuca	.25	.25	.5
Utinga	0	.375	.375
Valença	.125	.25	.375
Valente	0	.25	.25
Várzea da Roça	.125	.25	.375
Várzea do Poço	.125	.125	.25
Várzea Nova	.125	.25	.375
Varzedo	.125	.375	.5
Vera Cruz	.25	.25	.5
Vereda	0	.125	.125
Vitória da Conquista	.125	.125	.25
Wagner	.125	.25	.375
Wanderley	.125	.25	.375
Wenceslau Guimarães	.125	.25	.375
Xique-Xique	0	.25	.25